



Horta, Quinta-feira, 25 de Novembro de 1976

REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

D I Á R I O

DA ASSEMBLEIA REGIONAL

I Legislatura

I Sessão Legislativa

PRESIDENTE - Deputado Alberto Romão

SECRETÁRIOS - Deputado Agostinho Pimentel (Interino)
Deputada Suzete OliveiraS U M Á R I O

Os trabalhos iniciaram-se às 10,00 horas.

A Sessão incidiu sobre o debate dum Voto de Confiança, solicitado pelo Governo Regional dos Açores à Assembleia Regional, na sua actuação nas futuras negociações Luso-Americanas sobre a Base das Lajes.

No debate usaram da palavra o Presidente do Governo Regional, o Secretário Regional do Trabalho, o Secretário Regional dos Transportes e Turismo, o Secretário Regional da Educação e Cultura, os Deputados Conceição Bettencourt (PS), Rogério Contente (CDS), Carlos Bettencourt (PSD), José Manuel Bettencourt (PS), Manuel Melo (PSD), Roberto Amaral (PS), Carlos Teixeira (PSD), Fátima Oliveira (PSD), Félix Martins (PS), Fernando Faria (PSD), Pereira Furtado (PSD), João Luís Medeiros (PS), Almeida e Sousa (PSD), Martins Goulart (PS), Renato Moura (PSD), David Santos (PSD), Alvarino Pinheiro (PSD), Frederico Maciel (PSD), Emanuel Silva (PSD) e Borges de Carvalho (PSD), vindo o Voto de Confiança a ser aprovado por maioria parlamentar.

Os trabalhos terminaram às 20 horas e 45 minutos.

PRESIDENTE:- Vai proceder-se à chamada.

(Eram 10.00 horas)

(Procedeu-se à chamada à qual responderam os seguintes Deputados):

PPD/PSD

Agostinho Pimentel, Alberto Romão, Alvarino Pinheiro, Álvaro de Melo, António Maciel, Carlos Bettencourt, Carlos Teixeira, David Santos, Dinarte Teixeira, Emanuel Silva, Fernando Dutra, Fernando Faria, Francisco Gonçalves, João Manuel da Silva, João Paulino, Borges de Carvalho, Altino de Melo, José Trigueiro, Renato Moura, Almeida e Sousa, Liberal Correia, Fátima Oliveira, Manuel Furtado e Manuel Melo.

PS

Félix Martins, João Luís de Medeiros, Martins Goulart, José Manuel Bettencourt, Emílio Porto, Conceição Bettencourt, Suzete Oliveira, Roberto Amaral e Silvano Pereira.

CDS

Rogério da Silva Contente

PRESIDENTE:- Está aberta a Sessão. Pode entrar o público.

(Eram 10 horas e 5 minutos)

PRESIDENTE:- Tem a palavra o Sr. Presidente do Governo Regional.

PRESIDENTE DO GOVERNO REGIONAL:- Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Decorrem hoje em todo o País, celebrações da data histórica do 25 de Novembro.

Tal é a relevância desse acontecimento que facilmente se compreenderá que as minhas primeiras palavras sejam para me associar, jubilosamente, em nome do Governo Regional, a essas celebrações.

A liberdade e a democracia, prometidas ao Povo Português na madrugada do 25 de Abril, atravessaram riscos gravíssimos ao longo do verão quente do ano passado, apogeu e queda do gonçalvismo.

Também aqui, em pleno Atlântico, a força popular fez barreira e resistiu à ditadura moscovita que, tomadas de assalto as coló-

nias africanas, pretendia avassalar Portugal.

E foi o levantamento do Povo, mais ou menos liderado pelos partidos políticos democráticos, que permitiu, em 25 de Novembro, a rendição de um M F A, arredado dos ideais de Abril e comprometido, objectivamente, com correntes sectárias encarregadas de desmantelar o País, ao serviço de interesses estrangeiros.

Sabemos que um dos militares patriotas responsáveis pela vitória da democracia em 25 de Novembro é hoje o supremo guardião da Constituição, o Presidente da República, livremente eleito pelos cidadãos portugueses, General Ramalho Eanes. Sabemos também que outro dos principais mentores dessa movimentação está entre nós e é o Ministro da República, General Galvão de Figueiredo. Para ambos eles - e para os inúmeros heróis anónimos do 25 de Novembro, confirmação do 25 de Abril, e das lutas que o precederam e têm de continuar - vai a minha, a nossa homenagem.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Está posta, perante a Assembleia Regional, uma questão de confiança, por iniciativa do Governo.

Conforme dispõem a Constituição e o Estatuto, o Governo Regional é politicamente responsável perante a Assembleia. O nosso sistema de Governo tem, pois, características parlamentares; e isto quer dizer que o Governo não pode manter-se no exercício das suas funções sem o apoio da representação legítima do Povo Açoriano, personificada nesta Câmara.

A recusa de aprovação de qualquer diploma, proposto pelo Governo Regional, não envolve por si só a recusa de confiança. Mas para além das moções de censura, da iniciativa de, pelo menos, um quarto de Deputados, o próprio Governo pode dirigir-se à Assembleia para solicitar um Voto de Confiança, "sobre uma declaração de política geral ou sobre qualquer assunto de especial relevância para a Região" (Estatuto Provisório, artigo 31º, nº 2).

É isto o que faz hoje o Governo Regional. À Assembleia Regional - da qual é, em última análise, mandatário, na lógica rigorosa da democracia representativa - o Governo roga que se pronuncie sobre os termos em que deverá ser conduzida a defesa dos interesses da Região nas negociações lusó-americanas, já bem próximas, acerca da Ba

se das Lajes.

O Governo tem, sobre este ponto, as suas ideias. Elas são consubstanciadas no documento em devido tempo presente a esta Câmara. De tal forma é, porém, importante esta matéria para o futuro dos Açores, que o Governo entende ser preciso que a Assembleia fale e diga, em nome do Povo Açoriano, se concorda ou não com a linha de acção que o Governo Regional se propõe seguir. Se a Assembleia recusar o voto de confiança pedido pelo Governo, a este só fica aberto um caminho: a demissão.

Será necessário levar as coisas até esse ponto? Sim, Sr. Presidente e Srs. Deputados, é necessário.

A Base das Lajes existe há mais de trinta anos. Utilizada primeiramente pelos Ingleses, passou, logo a seguir ao fim da segunda guerra, para as Forças Armadas Americanas. A importância da posição estratégica dos Açores - chave para o domínio do Atlântico Norte - explica, nas condições presentes a vida internacional, a sua continuada manutenção.

Algumas singularidades existem relativamente a esta Base. Uma delas é o clima de bom entendimento e cooperação que se verifica entre os seus utentes americanos e, por um lado, as autoridades militares portuguesas, por outro, a população civil da Terceira e do Arquipélago em geral. Outra singularidade é que, tirando os postos de trabalho criados na Região, para esta não advieram vantagens directas, de tipo económico e financeiro; da presença norte-americana nas Ilhas.

Quanto a este último ponto, bem diferente é a situação em muitos outros lugares, por esse mundo além. As realidades da geoestratégica espalharam bases militares por toda a roda do globo. Mas sempre que situadas em território alheio às superpotências, a utilização delas é compensada por expressivas dotações de natureza económica e financeira, estabelecidas nos tratados que as titulam.

Em regra, pois, a presença militar americana, ditada pelas razões já referidas, tem sido um relevante factor de desenvolvimento económico, pela aplicação de múltiplas formas de auxílio, previamente acordadas como contrapartida. Não acontece assim com os Açores.

Ao longo de décadas, a Base das Lajes foi cedida em regime de absoluta gratuitidade. Para os governantes de então, não interessa-

vam nada os Açores nem o Povo aliás, de forma geral. Arrastados pela miragem de uma falsa ideia de identidade e de grandeza nacional, mostraram-se dispostos a sacrificar tudo na tentativa de salvar um regime e um império, desde há muito atacados das agonias da morte.

A cedência da Base das Lajes era pois a arma a esgrimir para alcançar, senão o apoio, ao menos a neutralidade do Governo Americano... E com a sobranceira provinciana do fidalgo arruinado, rejeitava-se qualquer auxílio económico, fingindo-se não haver dele necessidade.

O termo da era salazariana veio permitir uma certa inflexão da atitude do Governo de Lisboa. O acordo celebrado em 1971, nas vésperas da cimeira Nixon-Pompidou, realizada em Angra do Heroísmo, contemplava já formas de auxílio económico a Portugal, em contrapartida da cedência de facilidades nas Lajes, aos Estados Unidos.

Mas este auxílio económico, aliás diminuto - a defesa do império continuava a ser a preocupação dominante - sumiu-se na voragem das carências do Continente... e nada conseguimos ver deles nos Açores.

É preciso levantar aqui uma voz de protesto contra estas atitudes, que espezinhavam, miseravelmente, os interesses Açorianos. E dizer, de forma bem clara, em nome do mandato popular que nos foi confiado, que não toleraremos mais que sejam assim!

Sr. Presidente e Srs. Deputados:

O Partido que tem neste momento, pela vantagem expressa da maioria do Povo Açoriano, o encargo de governar a Região Autónoma dos Açores, bate-se, desde início, logo após o 25 de Abril, pela atribuição ao Arquipélago dos benefícios decorrentes dos tratados que lhe digam respeito, nomeadamente, e em concreto, os relativos à Base das Lajes.

Apontamos para este objectivo porque acreditamos firmemente na capacidade de auto-governo dos Açorianos, dentro do todo nacional. E porque não queremos mais que as nossas ilhas e a nossa gente tenham os seus destinos traçados à distância, das varandas do Terreiro do Paço, por quem nos desconhece e nos tem em nada, e ignora e despreza os nossos legítimos interesses.

Deste estado de espírito comungam os trabalhadores açorianos, de um extremo ao outro do Arquipélago. E é isso que dá uma força enorme e invencível às reclamações que agora apresentamos.

Elas situam-se, aliás, Sr. Presidente e Srs. Deputados, dentro daquilo que dispõe, clara e expressamente, a Constituição.

No artigo 229º, estatuinto sobre o que é o poder das Regiões Autónomas, diz-se expressamente: "participar nas negociações de tratados e acordos internacionais que directamente lhes digam respeito, bem como nos benefícios deles decorrentes".

O Governo Regional prepara-se para intervir nas negociações sobre as Lajes - tal como já acontece neste momento relativamente às Flores - mediante representantes seus, integrados na delegação portuguesa. E o que se torna indispensável é que o Governo e esses seus representantes conheçam, com exactidão, que interesses lhes manda o Povo defender.

Dá a questão da confiança suscitada perante a Assembleia.

Na sua declaração, o Governo Regional aponta objectivos bem concretos: o auxílio económico americano, a estabelecer em contrapartida da cedência de facilidades nas Lajes, deve ser canalizado para a Região em proporção significativa e orientada para investimentos no campo das infraestruturas.

Não pretendemos viver das rendas, como alguns insensatamente parecem sugerir e ainda que em qualquer zona do mundo assim possa acontecer, recusamo-nos a alicerçar as instituições político-administrativas e a própria economia do Arquipélago, que devem ser sólidas, num fundamento tão frágil como este é.

O funcionamento normal dos Órgãos do Governo próprio dos Açores e da Administração Regional deve ser suportado pelas receitas correntes, provenientes dos impostos que, aliás, serão mantidos em níveis aceitáveis.

Mas as nossas carências em investimentos são enormes. Para isso é necessário auxílio externo à Região, que, em parte, ao menos, há-de vir como contrapartida do valor das bases militares existentes nas nossas ilhas.

Temos, aliás, de nos apressar porque esses valores estratégicos mudam bastante... E é justa, parece-me, a expectativa de recuperar alguma coisa, ao menos, do muito que está para trás. Quanto se poderia ter feito, ao longo destes quase trinta anos, se um pequeno auxílio, por menor que fosse, tivesse sido canalizado para a Região!...

Resta-nos a prova provada do esquecimento a que Lisboa nos votou - e também da importância da Autonomia que a Constituição do 25 de Abril nos garante: porque agora tudo se passará de maneira diferente!

Parte do auxílio a obter para a Região no acordo Luso-Americano sobre as Lajes terá que ser gratuito. E todos os programas de auxílio gratuito previsto no acordo ou dele resultantes deverão ser orientados para o desenvolvimento do Arquipélago. Quanto ao crédito, parte apreciável do que fôr estabelecido no acordo entre os dois Países (Portugal e os Estados Unidos), deverá também ser canalizado para empreendimentos de interesse para os Açores.

Aquilo que disse atrás, Sr. Presidente e Srs. Deputados, acerca das necessidades da Região em infraestruturas, por todos, aliás, sentidas, nomeadamente no âmbito dos transportes e comunicações e de equipamentos de diversa natureza, justifica plenamente a posição que o Governo Regional se propõe defender, caso obtenha o voto de confiança da Assembleia.

Outra razão, esta de carácter circunstancial, milita a favor da nossa decisão de jogar forte, no assunto da negociação das Lajes. Refiro-me à recusa do Governo da República em apoiar, directamente, o financiamento das despesas de investimentos, previstas no Orçamento da Região para 1977. A proposta de lei do orçamento, já enviada à Assembleia da República, confirma o que me tinha dito em Lisboa o Ministro das Finanças: esses investimentos são da exclusiva responsabilidade da Região e portanto a esta deverá caber o encargo de resolver os problemas de financiamento inerentes, recorrendo para tal ao crédito, junto das populações locais ou de instituições financeiras...

Mesmo, porém, que assim não fosse, ou porventura deixe de ser, mantêm-se as razões de fundo que enunciei e que se resumem nas nossas clamorosas necessidades e no despertar do nosso Povo para elas e para um projecto de desenvolvimento integral do Arquipélago.

Não podemos esperar mais para progredir, para criar nas nossas ilhas uma sociedade mais rica e mais justa, onde alcance substrac-to e se reforce uma verdadeira consciência de unidade Açoriana!

Não podemos esperar mais para nos libertarmos das alienações que nos torturam, fruto da carência das mais diversas naturezas. Queremos ser, finalmente, nós mesmos! E construir com as nossas mãos, e com os apoios adequados, um futuro novo para os Açores, dentro do quadro

da Constituição.

É sobre tudo isto, afinal, que a Assembleia tem de pronunciar-se. O Governo aguarda o seu veredicto, seguro de que a sua linha de rumo, em defesa intransigente da Autonomia Constitucional, receberá a confiança e, portanto, a confirmação dos representantes do Povo Açoriano.

(Palmas)

PRESIDENTE:- Vamos dar início ao debate. Vou dar a palavra ao Sr Secretário Regional António Lagarto.

SECRETÁRIO REGIONAL DO TRABALHO:- Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Como responsável pelo sector do trabalho no Governo Regional, vim aqui a esta Assembleia dizer algumas palavras sobre o ponto nº 1 do Documento entregue pelo Governo, ponto este que se refere aos trabalhadores da Base das Lajes.

Serei muito breve, uma vez que o assunto em causa não oferecerá, certamente, muitas dúvidas, pelo menos no que se refere à sua resolução. Assim, começarei por um breve balanço à situação.

Desde há muito que se vêm verificando, relativamente aos trabalhadores da Base das Lajes, situações de injustiça e de flagrante desrespeito pelas leis de trabalho. Contratos colectivos de trabalho que não são negociados directamente pelos sindicatos, despedimentos arbitrários, empresas estrangeiras com trabalhadores estrangeiros ao seu serviço em situação ilegal, etc., etc..

Face a esta situação, duas perguntas se levantam: Quem são os responsáveis, e por que motivos prevalece esta situação?

A resposta é simples: existe um acordo firmado antes do 25 de Abril, numa época em que os problemas do trabalho, neste País, e os próprios trabalhadores, estavam relegados para um plano secundário. Neste contexto encontraríamos os responsáveis.

Por outro lado, depois do 25 de Abril, o primeiro Governo Provisório, e os demais, comprometeram-se - como não poderia deixar de ser - a respeitar todos os acordos firmados. Neste contexto se encontrariam os motivos.

Assim, não valerá a pena perdermos mais tempo com lamenta-

ções e acusações. O que importa, isso sim, é acabar, de uma vez para sempre, com esta situação. E dentro em breve, teremos essa oportunidade: O Governo Regional, através dos seus representantes às próprias negociações sobre a Base das Lajes, dará prioridade a este problema, por forma a definir claramente critérios para salvaguardar os direitos de todos os que ali trabalham, e a sanearem-se as situações de injustiça que, porventura, tenham sido criadas ao longo dos tempos.

Espero receber, ainda esta semana, uma exposição pormenorizada sobre toda esta problemática, exposição esta da responsabilidade das Organizações Sindicais directamente interessadas neste assunto. No entanto, poderei, desde já, adiantar alguns dos princípios de ordem geral que, em nosso entender, deverão constar no novo acordo:

Em primeiro lugar, os Sindicatos - como únicos e legais representantes dos trabalhadores - deverão negociar directamente com os representantes do Governo dos Estados Unidos da América do Norte, os futuros acordos de trabalho.

Em segundo lugar, deverá ser facultada a actividade dos Agentes da Inspecção de Trabalho, nos diversos locais de trabalho, dentro e fora da Base.

Em terceiro lugar - e considerando a impossibilidade de mandar em tribunais portugueses uma entidade soberana estrangeira - deverá ser criada uma Comissão Arbitral para apreciação e decisão de conflitos de trabalho.

Em quarto e último lugar, deverá ser respeitada, escrupulosamente, a legislação em vigor, sobre trabalho de estrangeiros.

Para nós, mais importante do que todos os investimentos materiais em causa, está, e estará sempre, a dignidade da pessoa humana. A paciência e a resignação têm limites, e é tempo de o nosso Povo andar de cabeça erguida. Porque essa é que é a nossa verdadeira imagem.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

A terminar, reafirmo a determinação da minha Secretaria do Governo Regional em defender os princípios atrás enunciados, por forma a que os trabalhadores da Base, de futuro, não sejam mais tratados como emigrantes na sua própria terra.

(Palmas)

PRESIDENTE:- Tem a palavra a Sra. Deputada Conceição Bettencourt.

DEPUTADA CONCEIÇÃO BETTENCOURT (PS):- Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Apresenta o Sr. Presidente do Governo Regional a esta Câmara uma longa, eleitoralista e irresponsável lista de objectivos a alcançar através de modalidades de financiamentos onde, para além da irresponsabilidade já apontada, transparece, nítida, a petulante pretensão de impôr condições soberanas ao Governo da República, nitidamente inaceitáveis com o intuito de o responsabilizar por essa inviabilidade e, como seu reflexo, pela não concretização dos objectivos que enumerar.

Através do "Comunicado" da Presidência do Governo Regional, de 23 do corrente, lê-se que a solicitação à Assembleia Regional de um voto de confiança e a decisão de levar a questão até este ponto extremo se destinam "a reforçar a posição dos seus representantes nos trabalhos preparatórios, a iniciar em breve no Ministério dos Negócios Estrangeiros, em Lisboa".

Não espera certamente que, reforçada ou não a sua posição frente ao Governo da República, as modalidades de financiamento que enumera no ponto 12, alíneas a), b) e c) dessa lista sejam tomadas a sério e sirvam sequer de factores de pressão. O Sr. Presidente do Governo Regional sabe isso muito bem, como sabe que a alínea 1), nº 1 do artigo 229º da Constituição da República só consagra às Regiões Autónomas o direito de "participar nas negociações de tratados e acordos internacionais que directamente lhes digam respeito, bem como nos benefícios deles decorrentes.

E por saber isso, por saber que não apresentando condições e sugestões razoáveis, que seriam aceites, e por nós apoiadas nos trabalhos preparatórios com representantes do Governo da República, numa atitude de honesta e leal participação, este se oporá à sua manobra de pura chantagem, é assim, e é por isso que o faz.

Mais, o Sr. Presidente do Governo Regional, apelando sempre (e nestes últimos tempos, muito sintomaticamente) para a Constituição da República pretende, invocando-a, traí-la. Procura uma cobertura constitucional para um separatismo, que alimenta por esta via, enquanto que os marginais a quem, pelo menos, não responsabiliza e cujas ac-

tividades não hostiliza, o fazem pela via terrorista.

Assim é que da conjuntura destas duas vias separatistas pretende o Sr. Presidente do Governo Regional tirar o proveito que é o alvo máximo de toda uma génese política e intelectual: a restauração, na sua pessoa, do regime ditatorial paternalístico da escola marcelista que tanto e tão bem serviu.

UMA VOZ DO GRUPO PARLAMENTAR DO PPD/PSD:- Não apoiado!

A GRADORA:- Vai ser demonstrado.

Para tanto, de todos os meios se tem servido o Sr. Presidente do Governo Regional: a provocação de um confronto directo e hostil com o Governo da República, mediante o uso de expressões que diz de "dureza", "vigor", e outras semelhantes o que, além do objectivo atrás visado, revelam a ânsia de uma super-compensação para um patético complexo de dependência e inferioridade; o uso do expediente da difamação em relação ao Sr. Secretário da Comunicação Social, que patenteia, além da baixez do método usado, uma nítida manobra de controle da informação - primeiro passo para a consolidação do seu poder pessoal, através da manipulação da opinião pública com vista a excitá-la emocional e irracionalmente contra a Pátria de todos nós, Portugal!

Aliás, o Sr. Presidente do Governo Regional, é mestre nas lides de censura, ou... exame prévio. Da sua co-autoria é a proposta de resolução, apresentada à Assembleia Nacional marcelista em 18 de Novembro de 1971, no período da Ordem do Dia, e constante do Diário das Sessões nº 139, para ser reconhecida "a ocorrência de actos subversivos graves em algumas partes do território nacional", condição de re-aplicação da censura ao Continente e Ilhas, sob o nome de "exame prévio". Essa resolução, claro, foi aprovada monocordicamente por essa Assembleia fascista e também da comissão de redacção fazia igualmente parte o Dr. João Bosco Soares da Mota Amaral...

E quer o Sr. Presidente do Governo Regional um voto de confiança?! O processo também é, infelizmente, de nós conhecido...: pobre caricatura, do golpe marcelista... tão bem analisado pelo nosso camarada Salgado Zenha, quando disse:

"Quando Marcelo Caetano foi nomeado Presidente do Conselho em 1968 por Américo Tomás, dirigiu-se ao País através da TV, pedindo-lhe um crédito; nem o crédito lhe foi dado, nem Caetano era digno de confian-

ça. E os ditadores costumam pedir créditos de confiança porque sabem que os não merecem".

Tenho dito.

(Palmas)

PRESIDENTE:- Tem a palavra o Sr. Deputado Rogério Contente.

DEPUTADO ROGÉRIO CONTENTE (CDS):- Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Foi com estranheza e perpelexidade que o CDS tomou conhecimento da deliberação do Governo Regional de solicitar a esta Assembleia um voto de confiança, nos termos e para os efeitos do texto que consubstancia tal pedido.

Não está neste momento em causa o conteúdo do pedido de confiança, pois desde sempre - e quando muito tibiamente se calavam - o CDS/A lutou para que o Povo Açoriano jamais se sentisse defraudado nas suas legítimas aspirações autonomistas e nas suas prerrogativas constitucionais de auto-governo.

Não está - nem poderia estar em causa - aquilo que o Governo Regional entende serem, embora de forma incompleta e tímida, os objectivos da participação no processo de negociação, pois também aí, desde sempre, o CDS teve a coragem de afirmar e de escrever que a integridade dos benefícios económicos, financeiros e sociais, resultantes dos acordos internacionais em que os Açores fossem parte interessada, deveriam reverter em favor do Povo Açoriano.

Não está, pois, de forma alguma em causa, e é bom que fique claro, a acção do Governo Regional no cumprimento do dever que lhe incumbe de proteger os interesses específicos do Povo Açoriano, banindo de vez formas de colonialismo económico do Continente e opressões das gentes Açorianas.

O que agora está efectivamente em causa e nos surpreende e entristece é a intenção do Governo Regional ao apresentar o pedido do voto de confiança, nos termos e na ocasião em que o faz. É óbvio que, ao formular o pedido e ao enunciar, de forma vaga, imprecisa e demagógica, os objectivos a alcançar no processo de negociação, o Governo Regional pretende, pura e simplesmente extrair um duplo efeito eleitoralista em benefício do partido que o apoia.

Por um lado, pretende apresentar-se aos olhos do eleitorado açoriano como o único e privilegiado defensor dos seus mais profundos e legítimos interesses. Por outro, pretende manifestamente reforçar a abalada posição do PSD continental, oferecendo-lhe, nos Açores, uma posição de força que eventualmente possa servir de moeda de troca nas relações entre este partido e o Governo Central.

Só é lamentável que o tema escolhido para objecto desta manobra política seja uma das mais importantes, senão a mais importante esperança dos Açorianos numa vida melhor, mais livre e mais segura.

Tudo se pretende sacrificar à voragem do poder, à ambição dos votos, à pura estratégia partidária.

O CDS denuncia pois esta gravíssima atitude do Governo Regional, tomada sem qualquer consulta à Oposição, quando esse Governo sabia muito bem que a maioria absoluta de que goza nesta Câmara constitui, só por si, resposta antecipada ao pedido que iria formular. Aliás, tem sido este mesmo argumento que o Governo Regional tem utilizado - para governar cada vez mais sozinho, disfrutando isoladamente das glórias do mando, mas arcando - também cada vez mais só - com as pesadas responsabilidades da sua actuação política. Nem sequer o programa do Governo foi submetido a esta Assembleia, como impunham as mais elementares regras da convivência democrática.

Mas logo que é necessário reforçar a posição do Governo Regional dos Açores e simultaneamente da oposição no Continente, então surge a "habilidade política" - à qual nem sequer falta, com certa dose de cinismo, a ameaça de demissão, caso esta Assembleia não conceda a solicitada confiança.

Será que a proporcionalidade nas representações partidárias nesta Assembleia sofreu alteração? Será que o Governo Regional deixou de confiar na coesão e disciplina do seu Grupo Parlamentar? Ou será, finalmente, que o Governo Regional já se sente sozinho o único representante político do Povo Açoriano?

Estas as perguntas que cada Açoriano não poderá deixar de fazer, meditando seriamente nas respostas que cada uma delas lhe merecer.

Entretanto, temos perante esta Assembleia o enunciado de objectivos que o Governo Regional visará alcançar no processo de negocia-

ção. Antes de mais cumpre desde logo formular ao Governo Regional duas perguntas, para as quais o Povo Açoriano exige respostas concretas:

Compromete-se ou não o Governo Regional perante os Açorianos a atingir todos os objectivos enunciados?

No caso do Governo Regional não atingir tais objectivos, qual a atitude política que irá tomar?

Aguardamos que, na altura própria, que só pode ser na fase das negociações, o Governo Regional se defina quanto a estas questões, pois só através de tal definição se poderá, no futuro, aquilatar das responsabilidades históricas que agora assume.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

O Povo Açoriano está cansado de promessas, de enganos, de jogos políticos de bastidor.

O pedido de confiança feito neste momento pelo Governo Regional pretende ser uma promessa, é seguramente um engano, traduz à evidência o jogo político de bastidor.

Com efeito, e abstraindo de todas as considerações feitas, basta atentar que ainda nos encontramos na fase dos trabalhos preparatórios das negociações, ou seja, que tais trabalhos ainda se não iniciaram, quanto mais as negociações, para imediatamente se concluir que o pedido de confiança é liminarmente despropositado.

Se o pedido de confiança fosse formulado no decorrer dos trabalhos preparatórios, ou das próprias negociações, e se destinasse a robustecer a posição do Governo Regional na defesa dos legítimos interesses dos Açorianos, face a um eventual conflito, então perante a situação concreta e convenientemente analisados os argumentos em presença, poderia o Governo Regional contar com todo o apoio do CDS. É que, nessa altura, já não estaria em causa a defesa dos interesses partidários de índole puramente eleitoralista, mas sim a luta por melhores condições de vida do Povo Açoriano.

Mas nesta fase, anterior aos trabalhos preparatórios do processo de negociação, a quem serve o voto de confiança? Não certamente aos Açorianos que vêem as suas condições negociais prematuramente desvendadas, ainda sem sequer ser conhecido qual o montante da renda anual que irá ser paga e que, ao fim e ao cabo, constitui a pedra angular de todo o processo.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Em face de tudo o que deixa dito, o CDS entende que o voto de confiança neste momento pedido pelo Governo Regional é uma iniciativa política que não prestigia o Governo, não prestigia esta Assembleia e é enganadora para o Povo Açoriano.

Sendo assim, o CDS apela para os Deputados desta Assembleia, principalmente para os Deputados do PSD, no sentido de uma reflexão serena e desapassionadora sobre todos os efeitos do voto que neste momento nos é pedido.

Seria bom que cada Deputado pudesse colocar neste momento os interesses de todos os Açorianos acima das necessidades ou das conveniências do seu partido, para se interrogarem perante a sua consciência se é esta, na verdade, a forma mais séria, mais útil e mais eficaz de servir o Povo que nos elegeu e que em nós confia.

O CDS apela finalmente para o Governo Regional e pede que retire o seu pedido de voto de confiança. Pode o Governo Regional estar certo que, quando se tratar da defesa efectiva dos interesses do nosso Povo, terá o incondicional apoio e confiança do CDS. Mas neste momento o Governo Regional sabe que não é isso que está em causa e o CDS não pode colaborar em que os Açorianos sejam, mais uma vez, enganados. Assim, se o Governo Regional mantiver o seu pedido, o CDS/A não participará na votação, pois não deve, com a sua presença, avalizar um acto que, embora possa eventualmente servir os interesses de um partido, não serve certamente aos Açores.

Tenho dito.

PRESIDENTE:- Nós vamos suspender esta Sessão, e fazer um intervalo. Portanto, voltamos a reunir-nos, hoje, às três horas da tarde.

(Eram 12 horas)

PRESIDENTE:- Está reaberta a Sessão.

(Eram 15 horas)

PRESIDENTE:- Em continuação dos nossos trabalhos, vou dar a palavra ao Sr. Deputado Carlos Bettencourt.

DEPUTADO CARLOS BETTENCOURT (PPD/PSD):- Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Ainda não se apagaram de todo os ecos da importante e vigorosa alocução que, no dia 18 do corrente mês de Novembro - com espírito aberto e franco - proferiu perante esta Assembleia o Sr. Presidente do Governo Regional, acerca dos fracos resultados obtidos dos contactos directos que tivera com o Governo Central na sua recente viagem a Lisboa, a convite do Sr. Primeiro Ministro.

E eis que nos encontramos, neste momento, perante um acto governamental que considero tão oportuno como arrojado, e que se consubstancia na solução de um voto de confiança sobre as linhas de actuação relativamente à nossa participação nas negociações do novo acordo Luso-Americano sobre a Base das Lajes, e nos benefícios dele decorrentes, cujos preparativos se iniciarão em breve.

Se aquela alocução foi bem aceite, e calou fundo no espírito da maioria dos Açorianos por revelar, de forma inequívoca, que o Governo Regional saberá defender, intransigentemente e com firmeza, a nossa Autonomia político-administrativa, o que agora é solicitado a esta Assembleia - e nos termos em que é feito - mostra, com a necessária evidência, que o mesmo Governo continua atento e vigilante ao evoluir dos acontecimentos em que a Região é directamente interessada.

Mais por aí se vislumbra que, afinal, a sua actividade e força operacional é um facto, o que, por si só, constitui a destruição palpável das atitudes daqueles que, malevolamente, têm procurado, por todas as formas - até as menos próprias - minimizar a sua actuação.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

A Autonomia político-administrativa dos Açores, que tanto custou a alcançar, e que a Constituição finalmente - embora de certo modo restrito - consagrou, tem sido com manifestos propósitos inconfessáveis - diga-se de passagem - algo sabotada e até ostensivamente combatida por alguns, entre os quais se encontram, também, alguns maus Açorianos. Mas não importa, porque se soubermos manter-nos sempre unidos, e cerrarmos indestrutíveis fileiras, facilmente venceremos todas as dificuldades ou obstáculos que porventura nos façam aparecer, pelo longo caminho pedregoso e íngreme que teremos que percorrer, até conseguirmos alcançar a tão almejada meta da consolidação final da nossa Autonomia. E o Governo Regional, como poder executivo que é, mostra claramente estar atento ao problema, não deixando perder qualquer oportunidade para que os Açores tirem, das disposições contidas na Constitui-

ção Política a ela respeitantes, todo o proveito possível.

É que a Constituição representa, sem dúvida alguma - embora podendo parecer que não a espíritos menos esclarecidos - o nosso bem melhor baluarte de defesa da Autonomia Político-Administrativa da Região.

Ora, estando para breve, como se diz, o início dos preparativos para as negociações do novo acordo Luso-Americano sobre a Base das Lajes é, na verdade, a altura própria para começar a actuar. E o Governo Regional, solicitando, como solicita, tal voto de confiança a esta Assembleia, revela insofismavelmente encontrar-se no rumo certo.

Essas negociações, e os benefícios decorrentes do acordo do que vier a firmar-se, são vitais para a consolidação da nossa Autonomia, e para o desenvolvimento sócio-económico da Região.

Todos o sentimos muito bem. Mas melhor elucidados ficamos, em face do que largamente se relaciona no documento que serve de base ao pedido do voto de confiança, que à Assembleia Regional é solicitado.

Por mim, não posso deixar de declarar, desde já, com todo o meu entusiasmo, e com todo o meu vigor, que concederei ao Governo Regional o meu incondicional voto de confiança para tal fim, pois mal me sentiria se o fizesse, apenas, por meio de uma manifestação muda, e não também com as palavras, embora descoloridas, que acabo de proferir.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

O Arquipélago dos Açores ocupa uma posição geográfico-estratégica excepcional. Trata-se de uma verdade mundialmente sentida e por demais reconhecida. Condenável estultícia será, pois, tentar negá-la. E é com o pensamento nessa verdade - quase axiomática - que, ao conceder o meu voto, ao mesmo tempo exorto, veementemente, desta tribuna, o Governo Regional, a que, ao participar - e participar é intervir, note-se bem - nas negociações do nosso acordo Luso-Americano, defenda, intransigentemente e firmemente, os interesses específicos do nosso Arquipélago, porque para isso tem, e terá sempre, todo o apoio do Grupo Parlamentar do PSD, e da maioria dos Açorianos.

Disse..

(Palmas)

PRESIDENTE:- Tem a palavra o Sr. Secretário Regional Pacheco de Almeida.

SECRETÁRIO REGIONAL DOS TRANSPORTES E TURISMO:-- Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Na qualidade de Secretário Regional para os Transportes e Turismo venho, perante este plenário e através do mesmo, dar testemunho das preocupações do Governo Regional dos Açores no que se refere à necessidade imperiosa de dotar o Arquipélago com as infraestruturas e equipamentos necessários a bem servir as populações destas ilhas em matéria de transportes e comunicações, aproveitando a negociação do novo acordo Luso-Americano sobre a Base das Lajes, para conseguir os meios financeiros que para tal são necessários.

Chegaram estas ilhas ao fim do século XX sem que as infraestruturas de portos, de aeroportos e comunicações em geral acompanhassem as necessidades do mundo de hoje.

Como é do conhecimento de V.Exa., Sr. Presidente, e de V.Exas., Srs. Deputados, esta nossa Região, votada ao abandono e esquecimento durante tantos anos, tem agora governo próprio, sobre o qual pesa a responsabilidade enorme de pensar, e realizar, a tarefa gigantesca de construir um futuro melhor para todos os aqui vivem.

Não há progresso sem transportes.

Não há comunicações sem que previamente se criem as infraestruturas necessárias.

Porque o futuro destas terras, melhor ou pior, mais rico ou mais pobre, passa pela nossa capacidade de responder ao desafio do presente, construindo o futuro.

Em matéria de transportes e comunicações muito está por fazer, e são necessários investimentos enormes, na maior parte dos casos não reprodutivos, para que se consiga dar resposta às nossas necessidades.

Para construirmos os portos de Santa Maria, Terceira, e Graciosa, precisamos de bastante mais de um milhão de contos.

Para construirmos os aeroportos em falta no Arquipélago e dotarmos os existentes das infraestruturas e equipamentos de que carecem são necessárias centenas de milhares de contos.

Verbas importantes são, também, as que teremos de considerar para o financiamento de equipamentos que garantam um adequado siste-

ma de transportes marítimos e aéreo inter-ilhas.

No domínio dos transportes e das comunicações, são diversos os investimentos que ainda não referimos, e que urge contemplar, com vista a promover a Região como um todo.

No plano portuário, foi adjudicada há uma semana a construção dos portos da Ilha do Pico, sendo que aguardamos que a firma empreiteira tenha capacidade de execução pronta, de modo a que, se o Governo Central conseguir incluir em Orçamento as verbas necessárias, possamos ter os portos concluídos no primeiro semestre de 1980, já no final do século XX.

No que se refere à Ilha das Flores, tem o Governo Regional boas razões para pensar que o estudo, projecto e execução do porto desta ilha poderá encontrar a resposta satisfatória até 1980, acompanhando, portanto, no tempo, o avanço das obras do Pico.

Restam-nos no que se refere a portos por construir, as Ilhas de Santa Maria, Terceira e Graciosa, tão carecidas, como as demais, de portas abertas ao mundo, que lhes permitam assegurar ligações comerciais pela via marítima para escoamento dos seus produtos, movimento de pessoas, e importação de bens indispensáveis.

Como já referimos anteriormente, estas obras não são directamente reprodutivas; traduzem-se sim, em benefícios sócio-económicos para as populações das ilhas e da Região.

A construção de portos e o equipamento dos mesmos é, pois, uma responsabilidade que se traduz na utilização de vastos recursos financeiros de que a Região não dispõe e que, cremos, não abundam no País.

Temos clara noção de que sem portos não é possível fazer circular toda a riqueza que se possa produzir nestas ilhas, e bem assim temos presente que o mar é para nós, Açorianos, uma larga estrada onde se cruzam os nossos caminhos e pode traçar-se o nosso destino.

Do mar podem os Açorianos conseguir, cada vez mais, uma parcela importante do seu crescimento económico.

Tal só se consegue, se tivermos os portos, que tornem possível abrigar as frotas de pesca e instalar as unidades de frio que, apoiando a nossa indústria, permitem até levar a diversos mercados a riqueza que pudermos e soubermos arrancar ao mar.

Prestes a iniciar-se a construção dos portos do Pico, havendo razões sólidas para pensar que está encontrada a solução que permitirá, a curto prazo, arrancar com as obras do porto das Flores, temos perante nós, Governo Regional dos Açores, um imperativo de consciência de tudo tentar no sentido de conseguir levar a cabo, num curto espaço de tempo, o lançamento e construção dos portos das ilhas já referidas, Santa Maria, Graciosa e Terceira.

É, pois, com vista a realizar os objectivos acima referidos, que se inclui no dossier "Base das Lajes", o financiamento destas infra-estruturas portuárias, certos do que o mais importante para a Região será conseguirmos a realização de um programa de investimentos que vise todas as ilhas.

Para os que põem em dúvida o compromisso social deste Governo Regional e a sua orientação ideológica, julgamos não haver melhor nem mais clara manifestação de um total empenhamento na realização do bem comum.

No capítulo das infraestruturas aero-portuárias, são também grandes as carências nos Açores, pois que algumas ilhas não têm aeroporto ou pista que possa ser utilizada pelo que, na época do jacto, as ilhas da Graciosa, S. Jorge, Pico e Corvo são postas em contacto com o mundo através de um sistema de transportes marítimo nada consentâneo com as necessidades do viver de hoje.

Para essas ilhas vai, portanto, uma especial atenção e a prioridade que se puder conseguir no lançamento das pistas de que carecem e que tão justamente são reclamadas pelos seus habitantes, castigados que têm sido pelo isolamento de séculos que temos de quebrar, se queremos fazer desta nossa terra um mundo mais justo e mais fraterno.

Para além das pistas ou aeroportos, a construir nas ilhas que já referimos, não podemos esquecer as necessidades prementes do aeroporto internacional de Santa Maria, no qual nada se tem feito, para que o mesmo possa responder às solicitações do aeroporto internacional que é, porta de entrada e saída para tantos milhares de visitantes nacionais e estrangeiros, que levam como imagem do mesmo os sinais de abandono que por toda a parte se vêem, provas irrefutáveis de uma política de desinteresse pelos problemas Açorianos de que muito enferma a Direcção Geral de Aeronáutica Civil.

Saltando para S. Miguel deixamos como apontamento a peque-

nez da sua aerogare, manifestamente incapaz de responder às necessidades actuais do tráfego, a falta de armazéns para carga, a falta de equipamento de placa, a demora no aparecimento do já adjudicado hangar para a SATA.

Na Terceira, a necessidade que se põe, como mais premente é a de definir, com clareza, um estatuto de utilização do aeroporto das Lajes, uma vez que a aerogare agora construída responde às necessidades.

No Faial os problemas prementes são a iluminação da pista e a instalação de combustíveis, sendo que nas Flores está, fundamentalmente, por resolver a construção do terminal para passageiros.

A construção dos aeroportos e pistas a que nos referimos, bem como todas as obras a executar nos restantes aeroportos do Arquipélago e bem assim o equipamento dos mesmos, são também enorme responsabilidade financeira a que sentimos estar o País alheio não tendo a Região em si capacidade para o solucionar, a curto ou a médio prazo.

Esta a razão porque se inclui, também, no dossier "Base das Lajes" o financiamento destas infraestruturas, tendo sempre em vista um melhor viver para as nossas gentes.

Ainda dentro do sector transportes e comunicações julga-se ter cabimento o financiamento dos meios de transporte aero-marítimo que garantam, como já se disse, "um adequado sistema de transportes marítimos e aéreos inter-ilhas".

É dentro deste espírito, de dotar a Região das infraestruturas necessárias, que aparece, também, uma referência ao "financiamento de estudos, projectos, obras e equipamentos no domínio das Telecomunicações dentro da Região e relativamente ao exterior".

Foi nossa preocupação, Sr. Presidente e Srs. Deputados, deixar bem claro que outra coisa se não pretende que não seja lançar realizações que permitam arrancar estas ilhas ao atraso sócio-económico-cultural a que têm sido votadas, de modo que o futuro possa ser bem diferente do presente.

Vai o Governo Regional dos Açores participar com o Governo Central nas negociações a entabular com os Estados Unidos com vista à celebração de um novo acordo sobre a Base das Lajes.

Antes de nos sentarmos à mesa dos trabalhos com o Governo Central, achamos por bem deixarmos aqui as nossas preocupações e a nossa esperança.

Estamos certos de que todos os Açorianos de boa vontade saberão ler as nossas intenções e nos apoiarão incondicionalmente, pois que o seu voto de confiança nos fortalecerá o ânimo, dando-nos o vigor que nos virá da certeza de interpretarmos o pensar de uma Comunidade.

Neste Plenário, onde estão representadas as diversas ilhas da nossa Região, vamos decerto encontrar o apoio e o voto de confiança que, como Governo, desejamos ter, pois nos sentimos fiéis intérpretes do mandato que nos confiaram.

Procurámos, como já referimos, ser fiéis a uma linha de comprometimento para com a Região criando na mesma infraestruturas básicas indispensáveis ao progresso. Que assim o saibam ver todos aqueles a quem a nossa mensagem se destina. É que o Povo tem um sentimento correcto de justiça e a linguagem que falámos a ele se dirige.

Ele nos julgará.

(Palmas)

PRESIDENTE:- Tem a palavra o Sr. Deputado José Manuel Bettencourt.

DEPUTADO JOSÉ MANUEL BETTENCOURT (PS):- Sr. Presidente, Srs. Deputados:

O Governo Regional pediu a esta Assembleia um voto de confiança sobre o assunto que hoje - quinta-feira, dia 25 de Novembro de 1976 - está em debate nesta Câmara, e cujo texto foi enviado - via telex - pelo Presidente do Governo Regional ao Presidente desta Assembleia na passada segunda-feira (dia 22 de Novembro).

Texto esse classificado de confidencial e que foi distribuído aos Deputados Regionais no próprio dia 22, cerca das 17.30 horas.

Apesar da confidencialidade, no dia 23 (Terça-feira) pelo menos dois jornais matutinos - um de Angra e outro de Ponta Delgada - traziam nas suas páginas a transcrição integral do texto- confidencial - agora em discussão.

Texto esse que, consagrando "a priori" intenções de benefícios para a Região, sendo divulgado pela imprensa antes do debate que agora se efectua, poderia certamente criar um estado psicológico na população que levasse à criação prévia de um clima emocional - aliás compreensível - favorável ao Governo e que servisse de certo modo para influenciar esta Assembleia em relação aos propósitos do Governo Regional

dos Açores.

É sobre o assunto agora em debate que pedi a palavra a fim de dizer o que se me afigura que deve ser dito, e que tem de ser dito, sem tibiezas ou disfarces.

Faço-o com a plena consciência de que hoje, num contexto político prenhe de gravíssimas consequências para o futuro das gentes açorianas, calar seria trair.

Não estão em causa os benefícios para a Região, pois direi mesmo que todos os que possam vir não são demais.

O que está em causa, Sr. Presidente e Srs. Deputados, é a confiança que agora nos é pedida.

É com a consciência tranquila, e a serenidade necessária de quem, na Assembleia Constituinte, lutou para que na Constituição Política da República Portuguesa ficasse consagrada a Autonomia político-administrativa dos Açores e da Madeira, e que agora luta nesta Assembleia Regional para que essa autonomia se exerça no quadro da Constituição, isto é, da democracia, que desta tribuna me dirijo a todos quantos desejam a justiça, a igualdade e a liberdade.

Ontem lutei na Constituinte para que os Açores tivessem a sua Assembleia Regional.

Hoje, ela é uma realidade.

Simplesmente não é a realidade pela qual eu lutei.

Não em relação à representatividade de cada grupo pois que isso é resultante da vontade popular em determinado momento, como regra de uma democracia pluralista, mas sim porque esta Câmara não tem sido um órgão próprio de uma Assembleia democrática.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Não estão em causa os benefícios.

O que está em causa, neste momento, é a confiança.

Seria fácil dar um voto de confiança se não se propusesse única e exclusivamente retirar benefícios eleitorais.

Mas seria imperdoável que os autênticos democratas cedessem perante estratégias demagógicas, geradoras de conflitos, derivadas de tacanha obsessão pré-eleitoral, e que têm por objectivo, em nome da

democracia, preparar o terreno para uma aventura de resultados imprevisíveis para os Açores e para o próprio País.

A tudo isto não se vê, talvez estranha, toda uma série de conhecimentos, bem como a acção de alguns que, hoje insurgindo-se contra Portugal, eram no 25 de Abril verdadeiros patriotas.

Alguns que, meses atrás diziam defender a democracia e o socialismo, e agora surgem a defender pontos de vista nitidamente conservadores.

UMA VOZ:- Muito bem.

O ORADOR:- Já sem esconderem o saudosismo do passado, e apontando obsecadamente os erros do pós-25 de Abril, vão incutindo no espírito dos outros o seu pessimismo em relação à situação actual e futura do País.

E isto numa tentativa de motivação para aquilo que dizem ter sido a paz social, a ordem e a prosperidade do tempo do fascismo.

E quantos esqueceram já o que foi o período ditatorial que caiu em 25 de Abril de 1974, período esse em que, efectivamente, os Açores foram esquecidos e abandonados pelo regime de então!

Esqueceram que essa paz social não era a paz de todo o povo, mas, quando muito, a de alguns privilegiados, porque efectivamente a maioria da população vivia resignada à sua pobreza.

Esqueceram que essa ordem era imposta com autoritarismo, contendo a liberdade de expressão e reprimindo quem ousasse criticar o regime.

Esqueceram já que a prosperidade apregoada era na realidade a prosperidade de uns quantos, obtida à custa dos sacrifícios e da exploração dos que haviam nascido sob o signo da pobreza.

Dos Açores ao Algarve, do Minho à Madeira, ainda utilizando alguns disfarces, estão activos e atentos ao momento propício para agirem em pleno.

Habilidosamente, pacientemente, pouco a pouco vão absorvendo os ingénuos, os incautos, os menos firmes nos seus ideais, todos os que não se apercebem de que a transformação de uma sociedade não pode fazer-se de repente, os que desconhecem que essa transformação tem de passar inevitavelmente por excessos, por avanços e recuos, por reajus-

tes constantes de critérios e de posições, por desenfreadas paixões, por tensões sociais de várias ordens.

A Autonomia político-administrativa dos Açores é os benefícios dela resultantes não devem desenvolver-se num clima de desconfiança, de pressões ou de chantagens, mas têm de decorrer da solidariedade entre todos os Portugueses tal como está expresso na Constituição.

O Governo Regional, caso não retire o pedido que fez a esta Assembleia, certamente o verá satisfeito visto que dispõe nesta Câmara de uma maioria suficiente.

Nessa perspectiva, o voto será aprovado. Das consequências o futuro nos dirá.

Estou certo de que, na base da Autonomia agora em vigor, esta Região poderá caminhar para a frente na resolução dos problemas que todos nós bem conhecemos e que têm sido incansavelmente levantados nesta Assembleia por muitos dos Srs. Deputados Regionais.

Mas também estou certo de que só será possível esse contínuo caminhar para a frente, rumo a uma sociedade justa e igualitária, na base do respeito pelos direitos e liberdade dos cidadãos, no dia em que forem rejeitados os falsos profetas da democracia, os hipócritas e fariseus da política, que apregoam o que não sentem nem querem realizar.

Tenho dito.

(Pálmãs)

PRESIDENTE:- Tem a palavra o Sr. Deputado Manuel de Melo.

DEPUTADO MANUEL DE MELO (PPD/PSD):- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo Regional:

As razões primárias do atraso em que se encontram as Ilhas dos Açores são, sem dúvida, a ausência quase total, em termos de eficiência e dignidade, de um sistema de transportes, portos e aeroportos.

Fomos condicionados desde a origem, e esse condicionamento influiu na nossa própria maneira de ser.

A aparente, e muitas vezes real incapacidade do Açoriano, em reagir às solicitações de uma maior actividade, são fruto desse temperamento, moldado pelas próprias condições de vida em isolamento.

Todos ansiamos por melhores dias, na esperança de uma modificação de hábitos e costumes, que tolhem, em grande parte, a iniciativa de cada um, em prejuízo da própria comunidade.

A impossibilidade real, palpável e condicionante, de uma evolução noutra sentida, parece determinar a aceitação do facto consumado, que nos modela e tolhe em todos os sentidos, susceptíveis de influenciar, no futuro, a nossa própria aceitação da vida açoriana.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

A vergonha dos transportes entre as Ilhas, e estas e o Continente e o exterior, têm de sofrer transformação radical e de base, e passar a não ser factor condicionante da própria personalidade, como atrás apontámos.

Todos sabemos que não temos possibilidades de programar seja o que for, se isso estiver dependente de uma deslocação de pessoas e bens inter-ilhas.

Uma das razões que me levou a apoiar, incondicionalmente, este voto de confiança do Governo Regional para negociar o novo acordo da Base das Lajes, está precisamente no facto de que torna possível a resolução de graves problemas que afectam toda a Região Açores, e de modo especial a Ilha de Santa Maria.

Todos os Marienses conhecem, de perto, o problema de ordem sócio-económico que representa, para eles, uma não definição da política aérea dos Açores.

A própria SATA e todos quantos nela trabalham sentem, na sua vivência diária, as razões da sua própria limitação. Este acordo, uma vez assinado, e reconhecido o direito de justiça do Povo açoriano, pela voz do seu Governo, por parte do Governo Central, resolverá de uma vez por todas, as nossas carências aeroportuárias e de equipamentos navegantes além de financiar o próprio estudo da política aérea dos Açores, que se quer feita por pessoas estranhas à Região.

O que representa para a gente de Santa Maria, a construção do seu porto de mar, é esperança velha de séculos que se concretizará, nos próximos quatro anos, para satisfação de todos. Não mais haverá embarques de cestos, não mais os Marienses amaldiçoarão a hora em que nasceram. Estas algumas das razões, e muitas mais haveria para dar o meu voto de confiança ao Governo Regional, e comigo todos os Marienses que amam

a sua terra, e não embarcam na demagogia política, quando se trata de defender o que é património de todos.

Mas não é só a razão política do nosso direito, previsto no artigo 225º, nº 1, alínea j) da Constituição, mas a própria dignidade dos homens nascidos nestas ilhas, a quem foi sempre negado saber o que da sua terra se dizia e negociava, que nos leva a apoiar a acção do Governo Regional.

Trata-se da defesa desta classe desprotegida, que são os Açorianos, que muitos dizem defender, mas que, na prática, subordinam e querem fazer depender ainda mais do Governo da República. Somos Portugueses e queremos continuar a sê-lo. Mas já somos adultos e não nos calam com os mimos de outrora. Cidadãos de um mesmo país, a quem rege uma única Constituição, mas em pé de igualdade, sem tibiezas nem lamentações, pois somos responsáveis por estas ilhas e suas gentes, que são a nossa terra e o nosso povo.

Tenho dito.

(Palmas)

PRESIDENTE:- Tem a palavra o Sr. Deputado Roberto Amaral.

DEPUTADO ROBERTO AMARAL (PS):- Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Como pretexto de que em breve se iniciarão os preparativos para a negociação do acordo Luso-Americano sobre a Base das Lajes, solicitou o Governo Regional a esta Assembleia um voto de confiança, para a condução da sua participação no processo em causa.

No documento onde este pedido de confiança é formulado, enumera o Governo Regional uma série de pontos que, no seu entender, constituem interesse específico para a Região dos Açores, e que deverão ser defendidos, neste caso, com particular vigor.

Para uma análise política a este documento - e não restam dúvidas de que o que se pretende atingir são fins puramente políticos, - não bastará a análise isolada do seu articulado. Será necessário analisar, também, o conteúdo onde este Governo se insere, bem como uma série de acontecimentos que o precedem.

Sem prejuízo de uma reflexão posterior sobre este assunto, e de o analisar segundo esta metodologia, abordarei, de seguida, as ma-

térias constantes de alguns dos seus pontos.

Assim, e no que toca ao ponto nº 1, o acordo deverá prever a rigorosa fixação de critérios para uma integral salvaguarda dos direitos dos trabalhadores da Base, conforme as leis em vigor. Não discortinamos muito bem a razão de ser da sua inclusão nas matérias a negociar com o Governo dos Estados Unidos da América, porquanto este é um ponto que não se prende directamente com as negociações a encetar em breve. A sua inserção no documento presente a esta Assembleia pelo Governo Regional, tem fins puramente demagógicos. Na realidade, já há muito que os trabalhadores da Base das Lajes vêm lutando pela salvaguarda dos seus direitos. Já há muito que esses trabalhadores vêm lutando pelos direitos que lhes assistem, quer autonomamente, quer através da União dos Sindicatos de Angra do Heroísmo, e dos Sindicatos de Escritório e Caixeiros de Angra.

A salvaguarda, pois, direito dos trabalhadores da Base das Lajes, em tudo o que estiver coberto pelas leis portuguesas em vigor, não poderá ser, nunca, encarada como um benefício especial, decorrente de facilidades concedidas por um acordo.

Posso afirmar aqui, nesta Assembleia, que o Governo da República tem este problema entre mãos e que, certamente ainda antes da celebração do acordo Luso-Americano, ficará resolvido. Não parece ser, pois, matéria sobre a qual valha a pena dar um voto de confiança ao Governo Regional, uma vez que o problema está a ser tratado directamente pelo Governo da República. E nesse, temos nós confiança...

(Risos do Grupo Parlamentar do PPD/PSD)

... não necessitamos que ele no-la peça, para a dar.

Relativamente ao segundo ponto, o acordo deverá prever o financiamento de estudos, projectos, obras e equipamentos dos nossos portos de Santa Maria, Terceira e Graciosa e, não obstante os esclarecimentos já aqui prestados pelo Sr. Secretário Regional dos Transportes, estranhamos - continuamos a estranhar - por que é que somente essas ilhas dos Açores foram bem lembradas. Estranhamos, mas compreendemos, porquanto, infelizmente, já começámos a habituarmo-nos ao empirismo e à falta de fundamentação dos propósitos apresentados a esta Assembleia Regional pelo Governo Regional.

Quando foi da apreciação do Orçamento Regional, para além

de se ter constado a incapacidade do Governo Regional em apresentar um orçamento correctamente elaborado, também se fez referência ao facto das despesas de capital - de investimento, portanto - não estarem devidamente fundamentadas, e terem sido apresentadas de uma maneira inconsequente.

Verificámos, com mágoa, que as críticas então feitas não foram tidas em devida conta pelo Governo Regional. Na realidade, para o Governo Regional, os interesses específicos dos Açores em matéria de infraestruturas portuárias resumem-se à construção de portos nas ilhas de Santa Maria, Terceira e Graciosa, e continuo a dizer - é isto que está no documento - sobre o qual foi pedido o voto de confiança.

E as outras ilhas? Que dizer de S. Jorge e das Flores? Será que elas não têm problemas no domínio das infraestruturas portuárias? Será que, mesmo as ilhas que já dispõem de infraestruturas portuárias não têm problemas neste domínio? Será que S. Miguel e o Faial não têm graves problemas nos seus portos? Será que, em suma, o problema das infraestruturas portuárias se resume à construção de portos na Terceira, Graciosa e Santa Maria? Será que o Governo Regional considera já resolvido o problema portuário da ilha do Pico, não obstante ter sido afirmado pelo responsável regional do sector na TV que o problema se continuava a arrastar nas repartições do Governo Central - onde não era recebido - o que vinha demonstrar a pouca vontade deste em resolver os problemas dos Açores, quando, afinal, no dia seguinte essas obras foram adjudicadas pelo Governo da República?

Em relação ao terceiro ponto, o acordo deverá prever o financiamento de estudos, projectos, obras, equipamentos relativos à rede aeroportuária dos Açores de maneira a assegurar um esquema conveniente de comunicações aéreas entre as ilhas, em articulação com o tráfego nacional e internacional.

Também se estranha a sua inclusão nos pontos a negociar, nomeadamente no financiamento dos estudos, porquanto existem já projectos elaborados na Direcção Geral de Aeronáutica Civil, prontos a serem incrementados. Isto, evidentemente, em relação às ilhas que não dispõem, ainda, de infraestruturas aeroportuárias.

A única excepção é a ilha do Corvo em relação à qual não existe ainda projecto elaborado, mas que está a ser feito directamente pelas Forças Armadas.

Acresce que, para a execução destes projectos, há a vanta-

de, já declarada e provada, das Forças Armadas, em resolver o assunto em colaboração com as entidades regionais.

Com problemas, ainda, no domínio das infraestruturas aeroportuárias, fica-nos a ilha de S. Miguel que, não obstante dispôr já de um aeroporto, não tem acesso directo aos mercados do Continente Americano e de alguns países europeus, devido à exiguidade da sua pista. Mas este problema prende-se directamente com o estudo de um sistema de transportes para a Região, nomeadamente com a definição da política aérea. É este um ponto que trataremos a seguir, visto estar relacionado com o ponto que se segue, no documento do Governo Regional.

É precisamente o ponto nº 4, e que diz: o acordo deverá prever o financiamento de equipamentos que garantam um adequado sistema de transportes marítimos e aéreos, inter-ilhas. Não compreendemos o facto de apenas se referir o financiamento para o transporte inter-ilhas. Na realidade, quem assegura o transporte marítimo inter-ilhas é, no momento, a mesma empresa que efectua as ligações com o exterior e que, por sinal, até é uma empresa nacionalizada.

Quanto à transportadora aérea inter-ilhas, ela é uma empresa semi-nacionalizada, visto a parte que está nacionalizada dispôr de cinquenta por cento do seu capital. Em qualquer dos casos, estas são empresas que têm uma gestão própria e que, por estarem nacionalizadas ou semi-nacionalizadas, terão obrigatoriamente, de se submeter às directrizes de um plano nacional. O plano regional está nele englobado, por força da Constituição e do Estatuto.

Para a produção destes objectivos, fixados pelo Governo e aprovados, em última instância, pela Assembleia da República, terão estas empresas que se gerir em condições de equilíbrio económico e financeiro, cabendo ao Estado garantir-lhes as condições para tal. Não será, pois, através de um financiamento a vulso do equipamento, consignado apenas a um objectivo específico e parcial - transportes inter-ilhas - que se alcançará o que o Governo Regional demagógica e inconsequentemente pretende.

O que o Governo Regional pode, e deve exigir - e nisso nós apoiá-lo-emos inteiramente, e dar-lhe-emos todo o nosso contributo - é exigir dessas empresas e do Governo da República a satisfação integral das necessidades de transportes dos Açores, definida que esteja uma política de transportes aéreos e marítimos para a Região. E essa

definição é à Região que cabe efectuá-la. É à Região que cabe planear todo o seu sistema de transportes, quer no interior destas, quer destas para o exterior, encarando o sistema de transportes na sua acepção mais ampla, isto é: abrangendo de uma maneira integrada os diferentes aspectos de investimentos, em infraestruturas, frota, modalidades de exploração, estruturas e níveis tarifários, por forma a oferecer um serviço nas melhores condições de segurança, conforto, rapidez, regularidade e frequência a todos os que vivem nos Açores.

É assim que nós encaramos o problema dos transportes nos Açores! É assim que nós entendemos que deva ser processado todo o desenvolvimento económico e social dos Açores: obedecendo a um plano, e integrado num plano nacional. Nunca através de acções avulsas e incongruentes! Nunca fazendo depender o sucesso destes ou daquele empreendimento de eventuais e problemáticos apoios externos, dados pontualmente, e sem obedecer a qualquer estratégia de desenvolvimento.

Defina primeiro o Governo Regional a sua estratégia, elabore primeiro o seu plano, e então depois se tratará de obter os meios para o seu financiamento, dentro do quadro da unidade nacional. É este o princípio definido na Constituição e no Estatuto das Regiões Autónomas.

A Constituição não deve ser apenas invocada para dar cobertura a sinuosas tácticas e objectivos puramente políticos. Ela não deve ser invocada para alimentar conflitos de competência entre o Governo Regional e o da República, como já tem sucedido, e muito recentemente aqui nesta Câmara, no referente ao Gabinete de Imprensa da Secretaria de Estado da Comunicação Social.

Relativamente a este assunto, e perante o desmentido já efectuado pelo Secretário de Estado da Comunicação Social, ficamos a duvidar seriamente das afirmações aqui produzidas pelo Sr. Presidente do Governo Regional, e a desconfiar - desconfiança cada vez mais transformada em certeza - de que o que se pretendia atingir era - para além do controle total da informação nos Açores, e da instauração de uma nova censura - o surgimento de uma fonte de atrito com o Governo da República.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Já vai longa esta minha exposição. Não queria, no entanto, deixar de referir outros pontos que também considero importantes:

Fundamentalmente é o facto de se fazer depender de um acordo com uma entidade estrangeira, o financiamento de estudos, projectos, obras, equipamentos, relativos a sectores básicos da economia, e a sectores que estão, nitidamente, na esfera de acção do Governo da República. É o caso da energia eléctrica, da geotermia, do saneamento básico, da habitação social, da educação, da saúde, das telecomunicações.

DEPUTADO CARLOS TEIXEIRA (PPD/PSD):- Eles não têm dinheiro para comer, homem!

O ORADOR (Sorri):- Não será isto, Sr. Presidente e Srs. Deputados, entregarmos, de mão beijada, todo o nosso problema de desenvolvimento a entidades estrangeiras, e o afastarmo-nos, cada vez mais e deliberadamente, do Governo da República? Esta vontade deliberada de entregar todos estes problemas - principalmente o seu estudo - a outras entidades estrangeiras, vem, ao fim e ao cabo, demonstrar as tentativas que o Governo Regional tem vindo a desenvolver, para subtrair as actividades económicas e sociais da Região ao Governo Central e, principalmente, às populações que habitam nos Açores.

Todos estes sectores devem, em nosso entender, ser encarados de uma maneira global e integral e, constar, conforme já referi, dum novo plano global de desenvolvimento que fixe metas a atingir e defina os meios para as prosseguir. Nunca de uma maneira avulsa, e sem a participação popular que, ao fim e ao cabo, é a da gente destinatária de todo o processo de desenvolvimento económico. Muito menos ainda entregando esses problemas, na sua generalidade, a entidades externas ao País.

Não quer isto dizer que não concordamos com o auxílio estrangeiro. Sim, concordamos. Mas entendemos que este, no que se refere aos estudos, deve ser pontual e a nível de consultoria para aspectos específicos e em relação aos quais não tenhamos capacidade de o superar. Nunca através da entrega da totalidade destes problemas.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Repito, é à Região e, portanto aos seus habitantes, que cabe definir o seu próprio desenvolvimento. Elabore primeiro o Governo Regional o seu plano. Defina primeiro a sua estratégia de desenvolvimento, com a participação das populações Açorianas e, então, depois, trate de obter as fontes para o seu financiamento, que até concordamos inteiramente sejam também provenientes das facilidades concedidas pela cedência da Base das Lajes aos Americanos.

Proceda o Governo assim, e então depois venha a esta Assembleia pedir um voto de confiança para a defesa de pontos que já são conhecidos e participados, de todos os Açorianos. Nessa altura não teremos qualquer reboço em lho dar, pois não estão já em causa interesses demagógicos e eleicoeiros, e conceitos largos de separatismo, mas sim a defesa do desenvolvimento económico e social desta Região de Portugal chamada Açores, e de todos os Portugueses que nela habitam.

Proceda o Governo assim, e, talvez então, não sinta sequer a necessidade de aqui vir mendigar votos de confiança que à partida sabe que lhe serão dados, visto o partido do Governo dispôr, nesta Assembleia, de uma abundância significativa de Deputados.

Tenho dito.

PRESIDENTE:- Tem a palavra a Sra. Deputada Fátima Oliveira.

DEPUTADA FÁTIMA OLIVEIRA (PPD/PSD):- Sr. Presidente, Srs.

Deputados:

Não quero de forma alguma, saturar os membros desta Câmara, mas gostaria de fazer um breve regresso ao passado ainda recente, o qual me comprometeu com o eleitorado, duma maneira particular com o eleitorado social-democrata.

É-me particularmente grato recordá-lo, neste momento, em que o Governo Regional, numa atitude de Governo ao serviço de uma colectividade, solicita da Assembleia Regional um voto de confiança sobre um assunto de especial relevância para a Região, nos termos do artigo 31º, ponto 2, do Estatuto Provisório da Região Autónoma dos Açores.

Ac definir, perante esta Assembleia - onde se encontram, constitucionalmente, os legítimos representantes desta Região Autónoma - a sua política de actuação na participação das negociações, que dentro em breve vão decorrer entre o Governo da República e o Governo dos Estados Unidos sobre a Base das Lajes, não faz o Governo Regional mais do que dar cumprimento a um dos pontos em que os Deputados do PPD/PSD se comprometeram a respeitar perante os Açorianos, a prática clara de uma política social-democrata, onde as grandes linhas de acção não seriam habilmente magicadas no silêncio e no segredo dos gabinetes governativos e, por consequência, sem o conhecimento do Povo Açoriano.

Afirmei sempre, e reafirmo-o neste momento importante da vida desta Assembleia, que seria sempre, e acima de tudo, Deputada Regio-

nal e, é nessa linha de defesa de igualdade, solidariedade e de liberdade que constituem os grandes ideais da social-democracia que se encontra inserido todo o texto do pedido de voto de confiança solicitado pelo Governo Regional a esta Assembleia. Nele estão contidas todas as grandes carências da Região, sem a resolução das quais não se pode jamais sonhar sequer com o desenvolvimento sócio-económico de toda ela, compatível com as suas reais capacidades. Foi, e é, nosso lema, e nunca é demais sublinhá-lo, o desenvolvimento harmónico deste conjunto de nove ilhas como um todo ao qual devem ser concedidas iguais e reais oportunidades de desenvolvimento. E é neste espírito social-democrata que serão envidados todos os esforços para a concretização deste dever de justiça que, no caso concreto dos Açores, é dificultado pela natureza que se encarregou de dividir pelo mar nove pedaços de terra, num desafio à capacidade inventiva e realizadora do Homem. Mas se à natureza coube dividir, a nós, - e disso se distancia cada vez mais a oposição - e não só a nós, habitantes deste Arquipélago, cabe anular essa divisão, lutando firme e persistentemente pela união desta Região, que queremos unida desde Santa Maria ao Corvo. Que cada ilha, de per si, deixe de se sentir uma ilha para se considerar parte integrante e integradora da Região Autónoma dos Açores e como tal de Portugal.

E como é um facto gritante e por demais evidente, que às ilhas deste Arquipélago nunca foi dada igualdade de oportunidades, torna-se urgente aplicar, e desde já, este princípio fundamental do socialismo humanista que se pretende atingir através da via da social-democracia. E é assim que, sem espíritos bairristas, aqueles que mais têm, deverão repartir da sua riqueza contribuindo para a efectivação duma real e autêntica igualdade de oportunidades, medindo o seu espírito de unidade e de Autonomia pela sua capacidade de desprendimento do seu individualismo de ilha, - que tão habilmente foi, e ainda é, fomentado - a favor de uma consciência de Arquipélago composto de nove ilhas com iguais direitos de oportunidade e deveres de realização.

É, pois, neste contexto que se insere o pedido de um voto de confiança ao Governo Regional, nesta matéria. E como deputada eleita pelo círculo onde se situa a Base, ora em questão, não posso deixar de me congratular pelo facto de se constatar que a aplicação dos benefícios decorrentes deste acordo e dos quais pretende o Governo Regional, com o nosso total apoio, a Região seja sujeito participante de facto e de direito, dentro das linhas já enunciadas, constitua uma clara afir-

mação da nossa linha social-democrata, que não faz promessas demagógicas nem eleitoralistas a que já nos habituaram os partidos da oposição, mas procura actuar com firmeza e com clareza sem margem para dúvidas, sem margem para os receios de que tudo ficará na mesma. E não posso nem quero esquecer todos aqueles que, neste momento, esperam ansiosamente a decisão desta Assembleia, pois que é por eles e para os servir que nos encontramos aqui. Podem manter-se serenos, firmes, conscientes das dificuldades, mas convictos de que não os enganamos eleitoralisticamente. Os Deputados do PPD/PSD nesta Assembleia saberão ser vigilantes e exigentes no cumprimento de uma política social-democrata por parte do Governo Regional. Vigilantes e exigentes no cumprimento da Constituição tanto da parte do Governo Regional como da parte do Governo da República.

E pese embora ao Sr. Secretário de Estado da Comunicação Social, quiçá ao Governo da República e à oposição - uma parte seguidista da defesa do Governo Central e a outra parte como consequência da lei física que determina que os extremos se tocam - hoje e aqui, como representantes legítimos e directos da maioria do Povo Açoriano, com o respeito que lhe merecem as minorias, o Grupo Parlamentar do PPD/PSD, dá ao Governo Regional um voto de total confiança à sua política de participação nas conversações que o Governo da República, dentro do quadro Constitucional, irá entabular, em breve, com os Estados Unidos da América. E é pena que tenhamos de lamentar que o Sr. Secretário de Estado da Comunicação Social e não só, pareça desconhecer a Constituição, o Estatuto da Região Autónoma dos Açores e pretenda fazer acreditar - a menos que neles esteja incluído - aos menos politizados, aos que nada conhecem da realidade insular e da Constituição que Autonomia, Assembleia Regional e Governo Regional seriam bonecos articulados ou de corda, que diriam somente "sim" à política oportunista e eleitoralista do Governo da República. Permitir-se pensar assim, é por demais ofensivo para a nossa dignidade de Deputados Regionais que assumimos, dentro do quadro Constitucional, a responsabilidade da defesa intransigente do desenvolvimento económico-social desta parcela de Portugal, sem que, por isso, alguém tenha o direito de nos considerar menos portugueses do que aqueles que têm de o gritar monocordicamente na tentativa de convencerem que, também nisso, são os únicos.

Ao Sr. Secretário de Estado da Comunicação Social (e a alguns elementos desta Assembleia) parece necessário pedir que leia a

Constituição, o Estatuto, e que desça do mundo da poesia à realidade terrestre e procure interpretar o que significa Autonomia Político-Administrativa, não fazendo insinuações que desprestigiam não só quem as faz, como também o Governo de que faz parte e que nós desejamos seja um Governo impregnado do espírito Constitucional, mormente dos artigos 229º e 231º da Constituição.

Sr. Secretário de Estado da Comunicação Social (e permitam-me incluir aqui, a Sra. Deputada Conceição Bettencourt, ausente da sala), convém lembrar-lhe que actuações similares - e que fazem lembrar as do Partido Comunista - essas, sim, poderão dar novas forças ao movimento separatista que - liderado, embora, por quem não quer perder privilégios - ganha novo alento com a desconfiança que se instala nos espíritos açorianos sobre a possibilidade, de uma vez por todas, poderem sair do abandono a que sempre foram votados, e verem finalmente reconhecido o seu legítimo desejo de um lugar ao sol, nesta Pátria portuguesa, pela qual tantas vezes têm sido olvidados, que sempre defenderam e têm engrandecido.

Quero expressar, mais uma vez, ao Sr. Presidente do Governo Regional, que o representante do Governo, ao participar nas negociações relativas à Base das Lajes, não é porta-voz isolado dum executivo regional, é sim - e pela decisão livre e consciente dos Deputados Regionais que aprovarem este voto de confiança - o mandatário senão de toda a população, pelos menos da sua grande maioria. E em democracia tem poder soberano a vontade maioritária, neste caso, duma Região a quem foi reconhecido o direito à Autonomia político-administrativa.

Quero também repudiar as insinuações do CDS, esse sim, à procura do espaço eleitoral que os Açorianos livremente lhe negaram, e que ainda não obteve, nem com a exploração demagógica, essa sim, vil e repugnante, dos sentimentos religiosos do nosso Povo que, por nós, sempre foram respeitados, como partido humanista que respeita o homem no seu todo sem o explorar naquilo que, para nós, é direito fundamental e inalienável do homem. Apesar disso, e por muito que isso doa ao CDS, que, eleitoralisticamente, votou contra a Constituição Portuguesa, e não admira que o faça agora, pois não é este o seu objectivo, foi o PPD/PSD que obteve a confiança do Povo Açoriano para o conduzir nos primeiros passos do caminho autonómico. Não proclamamos nem anunciamos que éramos alternativa 76 ou seremos Governo em 1980; pretendemos, e disso não nos demitimos, é cumprir aquilo a que nos compromete-

mos perante o eleitorado que nos deu a sua confiança. Pode, pois, o CDS abandonar a Sala, porque os exemplos são para se seguir.

Quanto à posição assumida aqui pelos Deputados do PS que usaram da palavra, não esperávamos outra, porque, na realidade, autonomia sempre foi - apesar dos variadíssimos programas que o PS apresentou e apresenta ao eleitorado - uma bandeira por ele usada na conquista dos votos e que ele logo esquece e põe de lado quando dela não necessita.

Não tenhamos ilusões: tal como o Partido Comunista Português clamava por unidade e autoridade democrática quando não é ele a impôr a sua vontade, também o PS só clama Autonomia, no papel, e em palavras, quando pretende ganhar a confiança do eleitorado açoriano, não para servir o seu Povo, mas sim, para servir o seu partido.

Tenho dito.

VOZES DO GRUPO PARLAMENTAR DO PSD:- Muito bem!

(Palmas do Grupo Parlamentar do PSD, de pé)

PRESIDENTE:- Tem a palavra o Sr. Deputado Félix Martins.

DEPUTADO FELIX MARTINS (PS):- Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Encontra-se neste Plenário, em debate, um documento de especial relevância para a Região: a defesa dos interesses específicos dos Açores para as negociações do novo acordo Luso-Americano sobre a Base das Lajes.

Deu-lhe V.Exa., Sr. Presidente do Executivo Regional, a prioridade muito urgente, solicitando, ao mesmo tempo, a este Plenário, um voto de confiança. Deu-lhe ainda o grau de segurança confidencial.

Porquê dar a um documento apresentado ao Plenário o alto grau de segurança confidencial se, no dia seguinte, aparece transcrito na imprensa regional?

É, portanto, responsabilidade nossa divulgar todo o trabalho aqui realizado, e os documentos aqui apresentados, sem qualquer restrição ou segredos.

Qual é a intenção de dar a este documento a prioridade de muito urgente, e ainda mais, solicitar um voto de confiança ao Plenário, se o Grupo Parlamentar do PPD/PSD - maioritário - e o Governo Regional,

estamos certos, se sintonizam na mesma frequência?

Porque não utilizou V.Exa. Senhor Presidente do Executivo Regional, o mesmo processo agora em causa, aquando da segunda reunião preliminar do acordo Luso-Francês, pela permanência da Estação de Telemedida na ilha das Flores? Refiro-me à segunda reunião preliminar, porque a primeira, realizada aqui na Horta, foi do tempo da extinta Junta Regional.

Na segunda reunião, realizada em Lisboa, esteve representado o Governo Regional, na pessoa do Secretário Adjunto, Víctor Macedo. Que se fez por lá? Que se disse? Que resultados se obtiveram nessas negociações preliminares para a Região? Até hoje, ainda não sabemos, pois nada se divulgou. Haverá a intenção de o fazer para a próxima reunião que, segundo cremos, será em Paris? Utilizará o Governo Regional o mesmo processo que o agora utilizado? Não o fará por saber que os benefícios vindos desse acordo terão de ser muito menores - por isso causando menor impacto e efeito eleitoral - por menor ser a importância da Estação de Telemedida instalada nas Flores, comparada com a grandiosidade da Base das Lajes?

Não pomos em causa, com as nossas críticas e as nossas apreensões, a resolução de todos os problemas da Região: ajudas, investimentos, e demais benefícios que possam vir - e serão insuficientes - dos acordos a realizar pela permanência das bases na Região dos Açores.

É necessário que, nesses acordos, se salvaguardem os interesses dos trabalhadores das bases, e se dê prioridade nos investimentos e benefícios, às ilhas onde elas estão instaladas, com elaboração de um quadro.

É nessas ilhas, e sobre os seus residentes, que primeiro se farão sentir, em caso de conflito, os efeitos da sua permanência.

No ponto nº 2 do documento agora em debate, diz: "O acordo deverá prever o financiamento de estudos, projectos, obras e equipamento dos novos portos de Santa Maria, Terceira e Graciosa". Não se fala nos portos do Corvo, Flores e S. Jorge, não falando, para já, nas carências que existem nos portos da Horta e S. Miguel, e a inexistência de equipamentos para os portos do Pico, já adjudicados.

Não se contemplan estas ilhas por esquecimento, ou reservam-

-se para isso os benefícios vindos do acordo Luso-Francês? Terá esse acordo capacidade de investimento, ajuda e desenvolvimento para tanto, dada a pouca importância, comparado com a Base das Lajes - nunca é demais frisar?

Ao fazermos críticas e apreensões ao documento agora em debate, fazêmo-lo com a certeza de que estamos a olhar pelos demais interesses da Região. Senão, vejamos: Se exigirmos, pela permanência da Base Francesa nas Flores, o necessário para satisfazer cabalmente a igualdade de circunstâncias para as ilhas do Corvo, Flores e S. Jorge, o equivalente ao enunciado no ponto 2 deste documento, para as ilhas de Santa Maria, Terceira e Graciosa, corremos, de certeza, o grave risco de não vermos, de forma alguma, essas reivindicações satisfeitas, lançando, imediatamente, algumas dezenas de trabalhadores no desemprego, e com eles, na miséria, os seus familiares. E ainda ficamos com algumas instalações sem utilidade prática, a sobrecarregar o já deficitário orçamento regional, com as despesas de manutenção.

Não temos dúvidas de que assim acontecerá, se formos demasiado exigentes, pois a França tem a sua armada, navios prontos a substituir, a qualquer momento, a estação de telemedida da ilha das Flores.

No caso específico da Base das Lajes, a situação é ainda mais grave, devendo as negociações ser conduzidas com a maior das precauções e sensatez, não se fixando o Governo Regional em posições irreduzíveis, de que a Região e os trabalhadores da Base serão imediatamente vítimas.

Se o Governo Regional se remeter a uma posição de total reivindicação deste longo documento, que consta de doze pontos e três alíneas, não temos dúvidas de que, muito possivelmente, os Estados Unidos e os Países do tratado do Atlântico Norte, declararão a Base das Lajes como Base NATO, substituindo imediatamente todos os trabalhadores civis por militares, lançando no desemprego milhar e meio de trabalhadores, e com eles também na miséria, os familiares a seu cargo.

São estes, entre outros, os perigos imediatos que se correm, Sr. Presidente e Srs. Deputados.

Não queremos pôr em causa os benefícios, mas o voto de confiança aqui solicitado, que, por inconstitucional e eleitoralista, provocará, na certa, um clima de destabilização de que só aproveitarão os que pretendem a queda da nossa Autonomia Constitucional.

Tenho dito.

PRESIDENTE:- Tem a palavra o Sr. Secretário Regional Reis Leite.

SECRETÁRIO REGIONAL DA EDUCAÇÃO E CULTURA:- Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Tem sido preocupação do Governo Regional, através da boca do seu Presidente, afirmar e repisar que é a Constituição que o rege e a Autonomia que está escrita na lei fundamental aquela que queremos e só essa. Não é demais, contudo, frizar este princípio donde emana toda a orientação política do Governo dos Açores, um Governo insofismavelmente representativo da vontade popular, assente numa maioria bem significativa e consciente de que é um Governo constitucional e, por isso mesmo, senhor de si e exigindo que o deixem governar.

Além disso, o Governo Regional sabe que o sistema político em que vive é parlamentar e acata as orientações desta Assembleia, a única e autêntica voz do Povo que tem autoridade para se pronunciar e para definir o que se deve ou não fazer.

Aqui viemos já mais de uma vez, e aqui viremos todas as que forem necessárias com a certeza que desta casa sairemos sempre mais ricos e mais seguros com a esclarecida crítica e com a necessária confiança para prosseguirmos num caminho democrático, inspirado pelos princípios da Social-Democracia que o Povo açoriano, desde a primeira hora após o 25 de Abril, apontou.

Senhor Presidente, Senhores Deputados:

Dizia eu que queríamos unicamente a autonomia que a Constituição nos garantia mas queremos-la toda, sem sombras e sem subtrações habilidosamente introduzidas em obscuros meandros de políticas partidárias. Queremos aquilo que a Constituição nos garante e não seremos nunca os traidores dum Povo que em nós deposita confiança. Por ele lutamos e com ele estaremos, certos que a autonomia autêntica é possível e é possível para finalmente fazer avançar estas ilhas numa senda de progresso e bem estar social de que, ao longo de séculos, uma política pouco esclarecida e absurdamente centralizadora, nos privou.

Somos descendentes daqueles nossos maiores que nas cartas régias (e perdoarão V.Exas. a invocação histórica a um professor de História) se habituaram a ler: "eu vos envio muito saudar e que me mandeis"

... ora o trigo, ora o ouro dos impostos, ora isto, ora aquilo consoante as situações históricas.

Ilhas de levar, assim fomos e assim não queremos continuar a ser. Pouco pedimos mas o que pedimos é com particular vigor como diz o documento que a esta Câmara foi hoje trazido pelo Governo Regional.

Com particular vigor porque estamos crentes e serenamente confiantes de que não exigimos mais do que aquilo que as leis democraticamente feitas, ainda que muitas vezes arrancadas a custo, nos permitem.

Senhor Presidente, Senhores Deputados:

A Constituição, no seu artigo 229º, em que trata dos poderes das Regiões Autónomas (e todos nesta sala nos lembramos certamente das peripécias no meio das quais o título VII, das Regiões Autónomas, foi elaborado e para os de memória curta existem os diários das Sessões da Assembleia Constituinte que de vez em quando deveríamos reler) a Constituição afirma claramente que às Regiões Autónomas compete:

"Participar nas negociações de tratados e acordos internacionais que directamente lhes digam respeito, bem como nos benefícios de-lês decorrentes.

É pois precisamente nas vésperas de pôr em prática este princípio constitucional que vimos pedir à Assembleia Regional um voto de confiança ao Governo, apresentando os princípios que julgamos deverem orientar as negociações do tratado sobre a Base das Lajes, no que diz respeito aos interesses da Região.

São uma enumeração de prioridades dos benefícios que o Governo entende que devem reverter para os Açores, nessas negociações.

Numa primeira aproximação poderá parecer que pedimos demasiado, que reservamos o bolo para nós e que deixamos para o Continente as migalhas, mas bem vistas as coisas não é isso que se passa. Ao longo da história da Base das Lajes os benefícios foram bem poucos para os Açorianos. Mais possibilidades de emprego, quantas vezes à custa sabe Deus de que sacrifícios, umas obras aqui e ali e pouco mais. O grosso dos benefícios foram para a Nação e não está agora em causa se esses benefícios foram ou não bem aproveitados.

É um facto insofismável este que se aponta. A nós, Açorianos, os perigos da Base; ao resto dos Portugueses, os benefícios.

Agora é justo que se equilibrem os pratos da balança. À Região as compensações mais significativas da existência numa base; ao resto do todo nacional e em cumprimento da solidariedade nacional uma parte, ainda que menor, dessas compensações.

A não ser assim estaríamos a voltar a velhas teorias que todos desejamos ver mortas e enterradas, e uma vez mais, Lisboa a ressurgir como a capital sequiosa e insaciável de poderes e cabedais.

Mais de uma vez nos foi dito que os Açores precisam de Portugal, mas também é certo que Portugal precisa dos Açores; mais ainda, os Açores são Portugal e por isso mesmo se sentem confiantes em que estarão com Lisboa em pé de igualdade nestas negociações, sentados a uma mesa patriarcal, falando como filhos e com a certeza de sermos ouvidos e respeitados como adultos responsáveis e não como adolescentes incómodos e inconvenientes que se intrometem nas conversas "da gente crescida" e sobre quem esta perdeu a autoridade e o controle.

Senhor Presidente, Senhores Deputados:

Permito-me chamar a atenção de V.Exas. para o facto de se apontar neste documento para fins essencialmente de progresso sócio-económico. São infraestruturas que se pretendem montar aproveitando os benefícios que iremos usufruir nas negociações.

O que exigimos são financiamentos para obras de portos, de escolas, de estradas, etc., etc., e não dinheiro para cobrir despesas correntes, porque lutamos para pôr em prática uma política que nos faça sair de um orçamento deficitário para outro equilibrado. Sem criarmos as condições necessárias a um desenvolvimento harmonioso corremos o risco de empobrecermos cada vez mais.

Não perdemos a esperança de que o Governo da República reflecta na sua atitude de padrasto e nos trate pelo menos como às ex-colónias, libertando-nos assim de nos endividarmos à nascença e dando-nos as possibilidades de sermos uma Região Autónoma.

Não fará mais afinal do que respeitar a Constituição, ele que é como nós o primeiro Governo Constitucional e democrático desde há muitos anos neste País.

Acalentamos mesmo a esperança de que daqui sairá um voto de confiança por unanimidade e de que a oposição saberá superar as nossas divergências ideológicas para apoiar uma plataforma de interesses dos

Açores porque todos nós, que aqui nos encontramos, nos temos afirmado pela Autonomia.

Senhor Presidente, Senhores Deputados:

Não queria terminar esta minha intervenção sem reafirmar o firme propósito de cumprirmos a Constituição e de defendermos para os Açores uma Autonomia verdadeira que, estamos convencidos, esta mesma Constituição nos permite e autoriza a aspirarmos, na mais pura democracia.

Tenho dito.

(Palmas)

PRESIDENTE:- Tem a palavra o Sr. Deputado Fernando Faria.

DEPUTADO FERNANDO FARIA (PPD/PSD):- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Secretários Regionais:

A Autonomia dos Açores, ambição justa e desde há muito alimentada, está nas mãos dos Açorianos. Porque está consagrada na Constituição, nós, Deputados Regionais, como legítimos depositários do voto popular, temos de ser aqui, nesta Assembleia, a voz do nosso Povo. Para definirmos o que, pela lei fundamental e pelo Estatuto, nos é permitido. Para exigirmos o que é justo e legítimo. Para lembrarmos, a quem manda no País e na Região, que se está ao serviço das comunidades, em nome das quais se pauta toda a acção governativa.

Com a Autonomia conquistada, à qual, a pouco e pouco, vamos dando vida, vira-se uma página da nossa história. E este virar de página só tem significado desde que se caminhe no sentido de cortar rente a miséria, a incultura, a mediocridade, para que, à nossa gente mais desfavorecida, se dêem condições de vida dignas e justas.

Hoje como ontem estamos nesta Assembleia a tomar decisões fundamentais. Ao apreciarmos o documento que em boa hora o Governo Regional decidiu submeter à consideração desta Câmara, estamos, como Açorianos que somos, a assumir em plenitude a responsabilidade do futuro destas ilhas. Aqui, neste documento, o que está em causa são os Açores, e os Açorianos. O que se trata é de, pela primeira vez, um órgão legislativo regional, democraticamente constituído, pronunciar-se sobre algo de extremamente importante para o nosso viver colectivo.

Se com a Autonomia político-administrativa queremos encetar esta tarefa gigantesca de arrancar, da plácida vida de um passado recente,

todo este Arquipélago de forte personalidade, marcada pelo Atlântico, que há de mais justo em sermos, também, e prioritariamente, beneficiários dos rendimentos da terra que habitamos?

É que, Sr. Presidente e Srs. Deputados, as nossas ilhas, batidas de mares e de ventos, e - como já aqui foi dito, - vítimas de piratas antigos, e de aspirantes a novos colonialismos, de cá e de lá, são coibiçadas, porque encerram em si potencialidades significativas. E esta coibiça é quanto basta para que elas interessem, no campo frio dos trunfos diplomáticos, ao Governo Português.

Ainda recentemente, e nesta mesma Câmara, afirmou o Sr. Presidente da República que - e passo a citar - "A situação particular dos Açores, no sistema geo-estratégico mundial, constitui um valor que é preciso pôr ao serviço da paz, e do entendimento entre os Povos".

Nós todos, afinal, já há muito que, decerto, tomaríamos consciência das aptidões mais significativas da Região, em cuja construção estamos empenhados. Pelo menos, em maioria.

Todos temos conhecimento das vantagens advindas para Portugal do funcionamento da Estação de Rastreio de Mísseis Teleguiados, na Ilha das Flores. Nenhum de nós ignora que a instalação do polígono de acústica submarina, em Santa Maria, também é fonte de benefícios para o País.

Quem, dos que aqui estão, poderá pôr em dúvida o que tem representado para Portugal, em termos económicos e políticos, a existência da Base Militar das Lajes, que, pelo menos até há pouco, estava integrada no sistema nacional de segurança dos Estados Unidos?

Naturalmente que todos estaremos de acordo em aceitar que as vantagens recebidas por Portugal, através de negociações internacionais, de que os Açores são objecto, deveriam ter sido fabulosas. Mas se os Açores têm sido objecto de tais acordos, nós, Açorianos, a partir de agora, teremos de ser sujeitos activos e participantes nesses contratos.

É a Constituição portuguesa que no-lo garante. E nós queremos, de facto, cumprir a Constituição. Se no passado, pouco ou mesmo nada recebemos e aproveitamos da Base das Lajes, no momento presente não podemos, jamais, ser esquecidos.

A próxima negociação Luso-Americana sobre a Base, e na qual o Governo Regional, por direito próprio, estará presente, integrado na delegação portuguesa, tem de ser, efectivamente, uma grande conquista da nos

sa Autonomia política e administrativa.

Nestas negociações, o Governo Regional terá a certeza do nosso apoio, sentir-se-á mais forte pela confiança que nele deposita o Povo Açoriano, que nos mandou e perante o qual nos comprometemos a honrar, com independência moral, com espírito de serviço, e com dignidade exemplar, esse mandato. E, diga-se de passagem, o que vai o Governo Regional exigir, nessas negociações, é apenas uma pequena fatia do grande bolo que caberá ao Governo Central.

Tarefa ingente, mas nobre, esta que se depara ao Governo Regional. Todos conhecem - embora alguns hipocritamente o finjam ignorar - as condições adversas em que o Governo Regional assumiu o encargo de responder a necessidades que, de há muito, se tornaram intoleráveis. Mas se alguns dos mais cépticos ainda duvidam, basta que leiam, e meditem, nos pontos focados neste documento, que é objecto do voto de confiança desta Câmara. Também aqui se revelam as preocupações de um Governo social-democrata, que procura responder de imediato às mais gritantes carências nos sectores que se ligam à qualidade de vida e à segurança dos Açorianos, no que respeita às incertezas do futuro.

Portos, aeroportos, transportes, energia eléctrica, saneamento básico, habitação social, saúde, educação, telecomunicações, são os pontos focados neste documento, cuja falta todos conhecemos.

Mais ainda: é certo que se tem em vista suprir carências, procurando-se melhorar o nível de vida dos que hoje padecem maiores dificuldades. Mas é também certo que, nesta listagem que o documento nos apresenta, se procura beneficiar todas as ilhas do Arquipélago. Todas! Em especial as até aqui mais esquecidas.

É assim que a Região, que não estava feita, e não está, se começa a fazer. É assim, pois, que se consegue, a tão desejada unidade açoriana.

Nessa unidade, aqui já patente entre a maioria da Assembleia e o Governo, vamos continuar esta difícil mas aliciante caminhada, de construir os Açores que sonhamos. E bom seria que, todos unidos, encetássemos a caminhada.

Faz pena, porém, ver que a oposição, minoritária como é, te nha pensado usar este pedido de confiança para se promover demagogicamente, em antecipada campanha eleitoral, em vez de se pôr, inequivocamente,

ao lado do Povo Açoriano, na defesa dos seus interesses mais sagrados e, até aqui, mais espezinhadados.

UMA VOZ:- Muito bem!

O ORADOR:- Hoje, e aqui, ficará o Povo a saber quem põe, acima da manipulação ideológica, de eventuais triunfos eleitoralistas, e de traiçoeiros seguidismos exteriores aos Açores, a intransigente luta pelo bem-estar social das nossas gentes.

E, Sr. Presidente e Srs. Deputados, por imperativo de consciência, e para que o Povo Açoriano não se sinta traído nem enganado, permitam-me que, recorrendo ao Diário das Sessões da Assembleia Constituinte, faça uma breve transcrição, de 1975, do dia 9 de Setembro. Falava, então, um Deputado Açoriano, pelo PPD de então. Dizia ele:

"As verdades, por vezes, são duras, mas de certeza que o silêncio não é solução".

" Quem se preocupava um pouco, só, com as populações dos Açores, que nestas condições têm vivido? Quem se preocupou, alguma vez, em permitir o desenvolvimento dos Açores, com enormes possibilidades nos sectores da pesca e da agro-pecuária, para assim dar condições dignas de vida aos Açorianos?"

"Os impostos lá produzidos, as poupanças dos Açorianos, quer residentes nos Açores, quer emigrados, eram rapidamente canalizados para Lisboa. Mais tarde, e com grandes atrasos, as migalhas para lá iam".

"Quando se tomaram decisões para a cedência de bases estrangeiras nos Açores, alguém se preocupou em auscultar a opinião dos Açorianos? A quem tem servido a presença dessas bases nos Açores? Aos Açorianos? Quem corre perigo de vida imediato, em caso de um conflito mundial? O que têm beneficiado os Açorianos com a existência de uma base estrangeira na ilha Terceira?"

"Privilégios? Não, Srs. Deputados! Mas já que falo em privilégios, pergunto também quem, afinal, e dos que residem nos Açores, têm sido os privilegiados com a existência dessa Base? Quem pode frequentar os clubes americanos? Quem tem acesso a fazer compras nas cantinas americanas, adquirindo os artigos por preços muito inferiores aos praticados fora da base?"

"Quem, afinal, usufrui destes privilégios? Os Açorianos? Também não, Srs. Deputados! Estas regalias, e não só, somente são concedidas

a elementos das Forças Armadas Portuguesas, e a uma minoria de civis."

"E eu, que um dia pensei: querida terra açoriana, jamais o teu Povo será oprimido!"

"É com mágoa profunda que agora aqui, e em Lisboa, ao ler nos jornais do Continente reportagens sobre os Açores, procurando avidamente encontrar uma simples frase que diga "O Povo oprimido dos Açores", salvo raríssimas excepções, leio: "A reacção nos Açores".

"Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Muitas têm sido as vozes que, nesta Assembleia, se têm erigido para chamarem a atenção sobre os graves erros que se têm cometido, aos quais, persistindo, poderão, em curto espaço de tempo, destruir uma revolução que, tendo sido das flores, já se encontra manchada de sangue!"

"Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Finalmente, e especialmente para determinados jornalistas e certos políticos, ergo a minha voz para dizer: basta de injustiça! Tenham respeito pelo Povo!"

Faço minhas, Sr. Presidente e Srs. Deputados, estas palavras que acabo de ler, e que foram pronunciadas pelo Deputado - hoje do Partido Socialista - José Manuel Bettencourt.

Muito obrigado.

(Palmas)

PRESIDENTE:- Tem a palavra o Sr. Deputado Pereira Furtado.

DEPUTADO PEREIRA FURTADO (PPD/PSD):- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Secretários do Governo Regional:

Simple e humildes como são, os Açorianos vêm de longa data sentindo, no constante labor do seu dia a dia as atrocidades inerentes a uma insularidade, a que se ficou a dever, na profundidade da sua essência, muito do seu válido tributo, pela não existência, no Arquipélago, de infraestruturas capazes de encontrar pronta e imediata solução para os problemas que no dia a dia se nos deparam.

Percorrendo, pois, as nove ilhas do arquipélago, torna-se por demais notória a carência de meios que permitam o integral desenvolvimento das suas potencialidades.

Diversas têm sido as vezes que nesta Câmara, os represen-

tantes do Povo açoriano se têm pronunciado sobre estes problemas. No entanto, talvez mais globalmente, ou numa perspectiva mais ampla, eu tentarei referir, ainda que muito sucintamente, qual simples avivar de memória, alguns que se me afiguram de primordial importância.

As deficiências encontradas, ao tentar estruturar-se a Região, conquanto analisadas em cada ilha de "per si" vão pois, da falta do pequeno porto onde o pescador na época da faina possa fazer o transbordo do seu pescado para as unidades fabris, ao de maiores dimensões que permita a montagem de um eficiente esquema de ligações entre ilhas e destas com outras Regiões. Passarão também as carências pela absoluta necessidade de implantação de pistas, heliportos ou aeroportos que, com segurança e rapidez facilitem a evacuação de doentes ou a solução de casos por todos considerados urgentes.

Mas não ficarão por aqui as carências destes nove pedaços de terra isolados no seio do Atlântico, por vezes alteroso, o que ainda mais nos afasta daquele abraço amigo que continuamente desejamos, do vizinho açoriano da outra ilha. Os Açores necessitam, para já, que a canalização de água, a electrificação, a rede de esgotos ou a habitação condigna sejam uma realidade palpável.

Não mais se justifica que o acesso à civilização a que todos os Açorianos têm direito, pelas vias estruturais que esta permite e considera as mais eficientes, seja um mito, ou uma ideia a abandonar.

Mas se pensarmos quantos são os recantos dos Açores onde a água canalizada ainda não chegou, ou naqueles, - que infelizmente existem - onde na década de 60 se fizeram as canalizações, mas por onde até hoje não correu uma gota de água, do que resultou a total destruição das tubagens, se meditarmos finalmente naqueles lugarejos, que muitas vezes nem as cartas topográficas referem, mas onde vivem Açorianos, tão nobres e tão dignos como os dos centros urbanos, que persistiram em se manter nesta parcela, a ela dando e doando o melhor do seu esforço, do seu trabalho, e aqui empregando todo o magro resultado de uma vida difícil, facilmente concluiremos que muito há por fazer, em prol desta Região e da nossa população.

Muitas são as localidades que possuem, em tempo parcial, a energia eléctrica. Mas, ao analisarmos as suas estruturas, deparamos com pequenas centrais, fruto da união e teimosia de vencer que é apanágio dos Açorianos, e que na maior parte dos casos não beneficiou de qualquer

intervenção estatal, de aval ou auxílio de qualquer entidade pública, mas tão somente de empréstimos bancários que venciam pesados juros.

Aqui e ali começam já a desenhar-se os esboços desta realidade, que é a extensão da água e luz a todo o pequenino canto onde habite um Açoriano. A caminhada é sem dúvida difícil, mas os frutos colhidos pelas experiências realizadas ou pelos complexos já existentes e em funcionamento, são os mais saborosos.

Há pois que enoetar esforços para que os outros empreendimentos possam começar a surgir nos mais diferentes pontos do Arquipélago.

As hidroeléctricas, nos poucos locais onde funcionam, têm tido uma capacidade de resposta verdadeiramente digna de registo. Pensemos pois, em futuras estruturas deste tipo, já que muitos são os locais onde a sua montagem pode e deve ser uma realidade. (Como exemplo poderá referir-se uma futura hidroeléctrica do Pico).

A geotermia ensaiou os seus primeiros passos na Região. Tanto quanto sabemos, ninguém duvida dos ensinamentos e resultados francamente positivos que resultaram dos primeiros ensaios. Há pois que arrançar de imediato com estas iniciativas, uma vez que, até por caprichosa sorte que nos bateu à porta, vivemos numa zona onde a carência de combustíveis e carburantes também faz sentir os seus malévolos efeitos.

Sonhar é fácil; fácil é também projectar. Executar, é, no entanto, sem dúvida, mais difícil. Nenhum empreendimento consegue tomar forma específica sem que o seu financiamento seja uma realidade.

É exactamente nesta óptica, e cientes de que a Região não possui ainda capacidade de resposta activa a todos estes problemas, que defendemos a canalização e aproveitamento da Região de parte das receitas inerentes aos acordos das Bases existentes nos Açores.

Estão portanto sincronizadas as ideias que aqui expressamos, com o proposto pelo Governo Regional, mais concisamente no que respeita aos pontos quinto e sexto da sua proposta, que apoiamos.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

O Povo da Ilha do Pico, que aqui tem os seus representantes, está pois com o Governo Regional, na sua intransigente defesa dos legítimos anseios desta população açoriana, e na correcta e eficiente aplicação dos benefícios que dos acordos possam advir.

Assim, em face do exposto, damos o nosso inteiro apoio e concordância ao voto de confiança do Governo Regional, para que os benefícios decorrentes do acordo da Base das Lajes revertam a favor do povo destas ilhas.

Muito obrigado.

(Palmas)

PRESIDENTE:- Tem a palavra o Sr. Deputado João Luís de Me-deiros.

DEPUTADO JOÃO LUÍS DE MEDEIROS (PS):- Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Pedi a palavra para tecer umas curtas, firmes, mas serenas considerações, sobre o assunto da Ordem do Dia.

Não se poderá dissociar o pedido tático do voto de confiança desta Assembleia das recentes declarações aqui referidas pelo Chefe do Executivo Regional.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Todos nós temos a verdadeira noção da gravidade política do momento que passa.

Permito-me, desta tribuna, chamar a atenção dos presentes e dos trabalhadores açorianos em geral, para a descarada manobra eleiçoeira e demagógica que o Executivo Regional entendeu desencadear, para tentar iludir o Povo, impopularizar o Governo constitucional, e procurar dificultar o clima das negociações com os Estados Unidos da América.

Não está em causa a experiência social-democrata, preconizada, aliás, no programa do Executivo Regional. Tão pouco colocamos reticências à maturidade da vontade política da parcela do eleitorado Açoriano que votou na Social-Democracia.

O que, em nosso entender, está em causa, neste momento, é a viabilidade de fortificar a democracia integral e, conseqüentemente, a consolidação da própria Autonomia, por todos nós mais ou menos conquistada.

Ainda há poucos dias, milhares de Açorianos certamente ouviram, através dos meios da comunicação social, o discurso do Presidente do Governo Regional. Infelizmente, as populações não puderam apreciar a pertinência das questões então levantadas, por parte da bancada socialis

ta.

Dessa alocução, e mesmo até das palavras hoje aqui proferidas, ficou-nos a desagradável sensação de estarmos em presença das conversas em família, de triste memória.

Mais. O brilhantismo formal desses discursos, leva-nos a pensar num hipotético preâmbulo ao diploma constitucional da dita "República Corporativa Açoriana", aventura na qual jamais poderemos embarcar.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

É imperioso que o Povo saiba o que, efectivamente, se passa nesta casa. Esta tribuna não deve ser utilizada, nem para comícios partidários, nem para administrar doses maciças de moralidade reaccionária, sob uma verbagem de colorido progressista. A oposição não está aqui, apenas, para fazer a política do Homem. A oposição progressista está aqui para detectar manobras, desmontá-las e denunciá-las, sugerindo melhores soluções.

E é por isso, Sr. Presidente e Srs. Deputados, que não nos comovem facilmente os seus demagógicos "hossanas" à Constituição, nem repetidos preitos de homenagem à figura isenta do Presidente da República. Os trabalhadores da nossa terra não apreciam tais referências hipócritas.

Porque somos idealistas, e queremos a justiça para todos, sabemos que a democracia é um instrumento profundamente sensível. E, como diz o actual Presidente da Assembleia da República, "temos que ter a clarividência de sermos justos, mas não a clarividência de sermos parvos".

Fala-se da mentalidade imperial de Lisboa. Ora, se o autor desta frase iluminada a tivesse, porventura, proferido em 24 de Abril de 74, na então Assembleia Nacional, era de crer que muitas gerações de Açorianos dificilmente o esqueceriam.

Mas há coisas que precisam de ser ditas sem rancor. O que está em causa não é, apenas, a macro-cefalia micaelense, mas sobretudo o perigo latente destas ilhas poderem vir a ser utilizadas como simples moeda de troca dos insondáveis interesses do Capitalismo internacional.

Como representante legítimo de ~~largos~~ sectores da população Açoriana, custa-me servir de moldura nesta farsa eleiçoeira. O Governo Regional não tem o direito de menosprezar este Parlamento, que é

uma conquista histórica da Autonomia. Eu admito que este Parlamento esteja já a incomodar muitos sectores cá da nossa praça. E pergunto-me: Que pensarão, neste momento, do Governo Regional, os trabalhadores que, honestamente, confiam no PPD? Que pensarão esses democratas, ao saberem que existe ~~censura~~ censura interna, ou exame prévio?

Mas é justo referir que o Chefe do Executivo Regional sabe o que quer, e para onde vai. Faça-lhe essa justiça. Como político inteligente, sabe perfeitamente que o Povo de hoje não é aquele rebanho de carneiros que seguia antigamente o chefe.

É preciso que nós não façamos pouco dos pobres, e daqueles que não têm acesso a certos órgãos, a certos meios, onde existem, de facto, em debate, as grandes questões políticas.

Nós, Partido Socialista, não viemos aqui dizer que o Governo Regional fez mal ou bem. Viemos aqui dizer, claramente, a nossa posição. E é nessa medida que eu usei da palavra, e agradeço a atenção dos camaradas, e dos Deputados aqui presentes.

Muito obrigado.

PRESIDENTE:- Tem a palavra o Sr. Deputado Almeida e Sousa.

DEPUTADO ALMEIDA E SOUSA (PPD/PSD):- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo Regional:

Não dirijo especialmente quaisquer saudações a V.s Exas., legítimos representantes do Povo Açoriano, que livremente vos elegeu. Saúdo, sim, directamente, esse honesto e labutador Povo que me escuta, e que em nós, embora causticado por tantas incertezas, ainda acredita.

Já aqui deixei bem vincada a minha intenção essencial nesta Assembleia, que é a de constante vigilância e defesa intransigente da Autonomia político-administrativa, que se pretende progressiva para o Arquipélago dos Açores, a cujo Povo me orgulho pertencer.

É nessa linha de conduta, perante tão candente e vital situação que nos põe o pedido do voto de confiança, solicitado pelo Governo Regional dos Açores, que é, também - custe a quem custar - constitucional e, acima de tudo, legítimo, e sobretudo o destino desse mesmo voto de confiança que, arrogando-me uma legitimidade de interpretar os interesses do Povo açoriano, ergo aqui a minha voz, pondo à disposição do meu Povo a minha vontade inabalável, na defesa incondicional dos seus legítimos direitos, das suas sagradas conquistas.

Essa é a emanção daquilo que entendo por Democracia: o respeito pela vontade popular, que tantos ousam enxovalhar.

E cabe, agora, uma referência muito especial ao que hoje aqui se passou: parece que não restaram dúvidas ao Povo Açoriano sobre as intenções exteriorizadas por alguns deputados aqui presentes, da dita oposição regional, mas que, na verdade, são oposição real e frontal aos verdadeiros interesses do Povo açoriano.

Espero que se tenham compreendido de uma vez por todas as intenções de um lado, embora em possível mentalidade vândica, o reafirmar de posições nitidamente anti-açorianas: as do Partido Socialista. Do outro, o cair definitivo da máscara da hipocrisia do Centro Democrático Social, dito Açoriano. Por coincidência, neste último caso há que referir a presença nos Açores do patrão Basílio Horta e o discurso absolutamente demagógico do único deputado do CDS aqui presente, última chance eleitoralista de quem tem uma representatividade, até, nula, para aqui ter assento.

Que o Povo saiba distinguir o trigo do joio, que saiba identificar os seus verdadeiros inimigos, que seja capaz de aprender onde está a demagogia e a falsidade. Nós estamos já convencidos das realidades. Para isto basta olhar as pessoas e as intenções. Aqui, os extremos tocam-se com a facilidade que já correspondia às nossas expectativas. As posições aqui tomadas foram carregadas de intolerância inqualificável, de intenções veladas e de insulto injustificado.

Em nome do Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata posso afirmar que pseudo-divisões entre os seus componentes, só existem na mentalidade doentia de políticos despeitados. Nós somos um todo, unido e coeso. Desafiamos quem queira, e possa, demonstrar o contrário. Também quero afirmar que eleitoralistas foram, nitidamente, as posições aqui assumidas pelo PS e CDS dito Açoriano, em santa e harmónica aliança.

O momento sócio-político e económico em que vivemos, direi mesmo, sem qualquer margem para dúvida, de vital importância para o processo açoriano, aconselha e aponta medidas e tomadas de posição muito concretas. Aponta-nos o caminho da firmeza, das grandes opções sem desvios. O Povo açoriano está com os olhos postos em nós. Temos de ser dignos da sua credibilidade, sem esquecer que debaixo de demagogias fáceis, de afirmações baratas, e de certa política partidária, nem sempre de a-

cordo com as promessas esquematizadas na conquista do voto, se escondem intenções que não estarão longe daquilo que, muito simplesmente, podemos caracterizar por traição aos seus destinos. O momento que vivemos não se compadece com as grandes ou as pequenas explanações políticas, antes nos indica o caminho das concretizações. Mas não quiere isto dizer, de modo algum, que se esqueçam, à guisa de interpretação, palavras ainda muito recentemente proferidas e até relacionadas com aquilo que se diz, sobre o chamado capitalismo selvagem internacional, pronunciadas pelo Sr. Ministro dos Negócios Estrangeiros, Dr. Medeiros Ferreira, aquando da recente reunião do Conselho de Ministros na cidade do Porto. Mais uma vez a nós, Açorianos, ao Dr. Medeiros Ferreira e a mim próprio, o destino pôs frente a frente, em situações concretas, embora de desigualdade flagrante.

Noutro tempo, aproximou-nos o companheirismo do cárcere. Se o Sr. Doutor esquecer, eu sou capaz de lhe avivar a memória. Mas, já então, éramos desiguais. Eu era um simples estudante de Direito, que acreditava na resolução específica de problemas estudantis. O Medeiros Ferreira de então, era apontado como o Secretário Geral da União Inter-Associações, organismo clandestino, apontado por todos como afecto a correntes internacionalistas comunistas. Hoje, eu sou um representante perfeitamente identificado com o Povo, que caminha na conquista e consolidação dos seus legítimos interesses. O Doutor Medeiros Ferreira representa interesses que ousou classificar de vocação internacionalista - não fora a sua deserção das realidades açorianas - e, por mais de uma vez, tem demonstrado que o Povo açoriano, a que por nascimento também pertence, pouco ou nenhum respeito lhe tem merecido.

Cabe aqui ainda referir mais uma diferença: também nos uniu, noutros tempos, o facto de termos de prestar, juntos, serviço militar. Para ambos este serviço era obrigatório. Eu tive de cumpri-lo. Ele, não o cumpriu. Desertou, levando, ao que consta, consigo, o próprio dinheiro da farda. Após o parêntesis, melhor do que as minhas palavras se exprimirão as próprias palavras do Dr. Medeiros Ferreira na reunião do Conselho de Ministros a que atrás me reporto. Expôs aquele ministro os empréstimos, doações e outras formas de cooperação de países amigos e integrados e coordenados agora no âmbito dos projectos aprovados pelo ministro do Plano e Coordenação Económica a aplicar na Região do Norte. Foram revelados apoios dados pelos seguintes países:

HOLANDA: Doação de cerca de nove milhões de florins aplica-

dos em casas pré-fabricadas, acções de promoção de emprego e apoio ao Instituto Politécnico de Vila Real.

REPÚBLICA FEDERAL DA ALEMANHA: Empréstimo de cerca de 140 milhões de marcos, aplicados, em grande parte, na zona do Norte do País, Bacia do Mondego, Viação Rural, etc..

ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA: Empréstimo de cerca de 50 milhões de dólares, utilizados na construção escolar, habitação, e saneamento básico.

SUIÇA: Em discussão um apoio financeiro relativo à planificação dos transportes da cidade do Porto.

NORUEGA: Donativos em casas pré-fabricadas e empréstimo de cerca de 100 milhões de coroas, em parte a utilizar nas escolas de medicina dentária do Porto, Coimbra e Lisboa.

SUÉCIA: Donativos utilizados no campo da educação, nomeadamente na Universidade do Minho, e no da Saúde.

COMUNIDADE ECONÓMICA EUROPEIA: Um empréstimo de 250 milhões de dólares e uma quantidade avultada de medidas de financiamento interno, que até atinge a própria produção da batata.

Perante tão bondosa distribuição de benesses à Região do Norte, e na hipótese da sua multiplicação, onde o Governo pensa reunir-se antes das próximas eleições, em atitude claramente eleitoralista, fica-nos a dúvida sobre o que a nós, Povo açoriano, resta, quando sabemos que, sendo os empréstimos e as doações acima referidas todos originados de países capitalistas e sociais-democratas, estranha-se efectivamente a ausência na lista do ilustre-ministro, ao menos, do apoio de um país socialista com interesses políticos, e não só, na chamada Europa Livre e, consequentemente, no Pacto do Atlântico. Não estarão já comprometidos esses empréstimos, nomeadamente no caso dos empréstimos americanos, às futuras negociações sobre a utilização da Base das Lajes?

É que, Sr. Presidente e Srs. Deputados, o Povo açoriano está farto de ser enganado. O Povo açoriano assistiu à escalada de políticos de honestidade duvidosa na promessa de utilização nos Açores dos benefícios decorrentes das compensações por utilização das bases situadas no seu território. Hoje, o Povo açoriano, perante as afirmações mais ou menos categóricas de certos membros do Governo de Lisboa, interroga-se, muito justamente, sobre as intenções destes mesmos gover-

nantes. E, tendo embora presente o peso das disposições constitucionais, reforçadas pela declaração do Primeiro Ministro à Assembleia da República, no início do debate do programa do Governo apresentado, que garante à Região Açores a participação nas negociações dos tratados internacionais que digam directamente respeito à Região e a colheita dos benefícios desses mesmos tratados. O Povo açoriano desconfia, e muito justificadamente, do cumprimento da própria Constituição. E desconfia porque há uma nítida intenção do Governo de Lisboa, talvez por frustração com o que se passa na sua zona de influência mais própria e directa, em não cumprir os programas de cooperação que tão zelosamente anunciou em campanha eleitoral para os Açores.

Há um compromisso bilateral entre a Região e o resto do País, consagrado na Constituição, compromisso este de auxílio mútuo, de cooperação mútua.

É talvez em nome desse auxílio mútuo que o Governo de Lisboa reserva para si grande parte - a maior, quiçá - dos benefícios decorrentes da utilização das Bases dos Açores. Já outrora o fizeram, reservando aos Açores, por incrível que pareça, apenas meia dúzia de carteiras velhas de escola primária. Devia ser na base desse auxílio e de cooperação mútua que o Governo de Lisboa, a quem já havia cabido a grande fatia do bolo de agora, e de outros tempos, devia cobrir, sem quaisquer reticências, o déficit orçamental da Região para o ano de 1977. Prefere mandar bater-nos a outras portas e sacrificar, à partida, com empréstimos, as possibilidades de desenvolvimento da Região. Isto é tão mais grave, quanto sabemos, sem quaisquer dúvidas, que durante muitos anos fomos esquecidos e explorados. E há, hoje, no próprio Governo de Lisboa, quem teime em afirmar, principalmente em tempo de eleições, que esses tempos terminaram e que tudo se vai corrigir.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

O voto de confiança que o Governo nos pede é um reforço da sua autoridade para um campo de actuação perfeitamente delimitado. Está em jogo o futuro dos Açores e do seu Povo. Não será, nem nós podemos deixar, com a nossa apatia e leveza de posição, que a participação dos Açorianos nos benefícios decorrentes da utilização das Bases se transforme em simples coberturas de déficits. Talvez a tal nos estejamos a provocar. Sabemos dizer não, e impôr a nossa vontade, porque sabemos que estamos com a verdade e com a razão. Esta verdade, esta razão, em-

presta-nos a lucidez e a serenidade que ao Governo de Lisboa tem faltado, quando se trata da resolução dos problemas e das justas, mais que justas, aspirações do Povo Açoriano.

Tenho dito.

(Palmas)

PRESIDENTE:- Nós vamos fazer um intervalo de 15 minutos.

(Eram 17 horas)

PRESIDENTE:- Está reaberta a Sessão.

(Eram 17 horas e 15 minutos)

Tem a palavra o Sr. Deputado Martins Goulart.

DEPUTADO MARTINS GOULART (PS):- Sr. Presidente, Srs. Deputados:

O Governo Regional dos Açores solicitou a esta Assembleia uma manifestação de confiança para conduzir a sua participação nas negociações e nos benefícios delas decorrentes no respeitante ao futuro acordo sobre a Base das Lajes.

Decerto que este Governo Regional não pretendeu, com essa atitude, que os Deputados, legítimos representantes dos Açorianos viessem simplesmente emoldurar as exhibições políticas, arrogantes e demagógicas, a que já nos habituaram alguns dos seus membros e, passiva e desnecessariamente. E se, embora ao abrigo do preceituado no Estatuto Provisório, pôs a questão de confiança é porque não deseja fugir à crítica. Já teve alguma, no decorrer desta reunião e continuará a tê-la, porque a democracia o exige! Se essa crítica não for total, pensamos que será suficiente para que o real ultrapasse a ficção, a manobra e, custa-nos dizê-lo, o engano e a mentira.

Estranhamos, portanto, o pedido de um voto de confiança. Não tem sido argumento estafado deste Governo Regional falar em nome da maioria do Povo açoriano? Não estamos também já cansados de ouvir que a maioria do Povo o apoia?

A solicitação apresentada a esta Assembleia transcende incontestavelmente o mero uso de um direito estatutário. Por outras palavras, a sua intenção excede uma análise directa, de nível político primário e pretende atingir complexos objectivos que a maioria do po-

vo ainda não entende, por falta de habituação e informação.

Mesmo sem pôr em causa qualquer dos objectivos, demagógicos ou não, que constam da listagem ávida, incompleta, infundamentada, é evidente a falta de senso político que presidiu à sua elaboração.

Repito que não está em causa a atribuição para os sectores prioritários que venham a ser definidos com seriedade, no contexto de um plano, os futuros benefícios decorrentes de acordos a estabelecer, previstos na Constituição da República.

Mas está em causa um formulário reivindicativo totalmente descabido, se o analisarmos objectivamente em face da lei.

Está fundamentalmente em causa o propósito arditoso deste Governo Regional. Este propósito transparece, embora habilmente camuflado por uma associação forçada e demagógica, melhor diria, parasita, a um acontecimento de grande importância política e sócio-económica, como são as futuras negociações sobre a Base das Lajes. Assim, e à falta de melhor oportunidade, o Governo Regional aproveita partidariamente uma situação especial, para, iludindo a realidade aos mais incautos, conseguir, por contágio e chantagem, um voto de confiança de que não deveria necessitar.

Pomos efectivamente em causa a seriedade de quem conduz, neste momento, a Governação Regional.

Denunciamos a sua hábil demagogia eleitoralista, e, numa análise mais profunda, a experiência "social democrata" nas ilhas portuguesas do Atlântico que constituem o refúgio político do PSD/PPD a nível nacional, ameaçado como está de extinção se essa experiência falhar.

O Povo tem que estar atento a todas estas implicações pois também a direita nacional está apostada no fenómeno dito "Açoriano", porque se sente ameaçada nos seus privilégios por um Governo Socialista.

Uma análise cuidada, desvenda uma atitude premeditada cujo impacto, também percebido pelo Governo Regional, virá favorecer a sua clientela política reaccionária, único suporte económico para a respectiva sobrevivência.

Mas devo repetir mais uma vez que o que se pretende é provar a credibilidade de competência do Governo Regional, sem as quais

não poderá assumir, responsabilmente, as situações constitucional e estatutariamente previstas.

Repito também que não estão em causa as futuras negociações, que todos desejamos venham justamente beneficiar a Região conforme o disposto na Constituição.

Uma pergunta que sintetiza o problema que defrontamos é a seguinte: terá o presente Governo Regional a capacidade para realizar essa tarefa, sem comprometer quer a Autonomia, quer a Região?

Para medirmos capacidades, temos que associar os ideais à prática, sem receio de sermos mais ou menos duros, ou até irreverentes.

Está em jogo o futuro de uma Região que pode também comprometer o futuro do nosso País. Não há lugar para os oportunistas e os demagogos que, aproveitando-se de um eleitorado pouco esclarecido, utilizam fachada democrática para conseguir uma cobertura formalmente legítima que lhes garanta a realização dos seus objectivos ocultos.

Receamos que a situação que descrevi se aplique realmente ao Governo Regional. Felizmente os factos históricos dos últimos anos são demasiado claros para esconder a verdade.

E muito recentemente tivemos provas, nesta Câmara, de que se conjura para destruir uma experiência democrática, com a tentativa de envolver os legítimos representantes dos Açorianos em esquemas ardilosos e inconstitucionais para se atingir os tais inconfessáveis fins.

Esses e outros acontecimentos destroem a credibilidade de qualquer Governo, sem se contestar a sua representatividade. A credibilidade de um Governo assenta primordialmente no carácter das pessoas que o constituem, sem pôr em dúvida a base social maioritária que permitiu a sua nomeação.

Temos que repudiar todos os que se serviram de processos eleitoralistas por mera ganância de poder, à custa dos votos que, com base em promessas mentirosas, conseguiram para no presente, fomentando a insegurança política e social, continuarem a manobrar estas populações desprotegidas.

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista assistiu dentro desta Assembleia a execução primorosa desse princípio, através do comunicado do Sr. Chefe do Governo Regional aqui presente, no passado dia 18. O Partido Socialista prejudicado foi pelo processo adoptado.

na condução dos trabalhos; mas nem assim a razão deixa de o assistir.

Com as grandes deficiências informativas regionais, as vítimas foram todos aqueles que não puderam acompanhar esclarecidamente o acontecimento de grande importância que decorreu nesta sala. A insatisfação pública foi sensível.

Não terá sido provocada intencionalmente esta situação, como mais um contributo para o descontentamento e a confusão? O acontecimento em si, já pertence ao passado, mas as dúvidas subsistem e amontoam-se.

Para atingir o mesmo clima de exaltação e perturbação, o Chefe do Governo Regional, então, hoje, usa uma linguagem arrogante, exacerbada e provocadora.

Quem beneficiará do clima que se está a criar?

Que confiança merece este Governo, que tais métodos utiliza?

O intuito parece-nos simples: cavar bem fundo o conflito com o Governo da República e gradualmente produzir uma separação à custa das instituições institucionais.

Quem difama membros do Governo Central com base exclusiva em presumíveis acordos verbais, não merece o nosso crédito, quando, por outro lado, esse Governo Central se compromete documentalmente.

Nesse aspecto pontual, até é interessante analisar a montagem dessa farsa, em que, naturalmente não participou o Chefe do Governo Regional, mas sim o seu subsecretário-Adjunto.

Não nos surpreende que quem não se deixou queimar politicamente através da sua colaboração activa no regime fascista, não descuidaria a sua posição em assuntos triviais. Ficou assim numa posição confortável e segura para o que desse e viesse.

E por muito que diga defender a Constituição, arrivisticamente, ficamos sempre com o amargo de um passado demasiado comprometido, para que possamos aceitar da sua boca a defesa do 25 de Abril.

Estamos de facto muito desconfiantes.

Não relativamente ao partido que serve de base ao Governo Regional, mas em relação a membros seus que não oferecem garantias de, num período de transição, necessariamente instável e problemático, aceitarem e defenderem, com todos os Portugueses em condição de igual

dade, as medidas necessárias à consolidação da Democracia e da Autonomia.

Temos dados concretos que poderíamos citar como o contencioso com a Secretaria de Estado da Comunicação Social, que já referimos, ou o caso do Gabinete de Imprensa que foi recentemente aqui discutido, só por uma das partes.

Todos esses dados apontam para a falta de carácter e irresponsabilidade do Governo, todos eles enfermam de um sentimento oportunista e vingativo.

Provoca-se o Governo da República e os Açorianos só porque não foram atendidas as reivindicações despropositadas do Governo Regional, mas muitos açorianos adormecidos estão já a abrir os olhos e começam a ver.

O caso Gabinete de Imprensa é sintomático, e pela sua importância vamos relembrá-lo e contestar as afirmações aqui produzidas, recentemente, pelo Chefe do Governo Regional.

Para que todos saibam, o Gabinete de Imprensa que funcionou junto da extinta Junta Regional, nunca dela dependeu. Assim se compreende que o Governo Regional tentasse dar um golpe, que desferiu; porque o artigo 64º, nº 2 do Estatuto não era aplicável, mas sim o 68º, cujo mecanismo moroso não favorecia o controle imediato de uma estrutura de tão significativa importância na Região. Falou-se em acordos verbais. Desses estão bem escaldados - literalmente quase - os Socialistas. É por isso que refiro aqui o dia 17 de Novembro de 1975, de triste memória. Temos portanto provas de que nessas e noutras ocasiões membros potenciais e actuais do Governo Regional não cumpriram com a sua palavra.

Um Governo Regional que fomenta golpes e o divisionismo nacional, fazendo descaradamente o jogo de minorias separatistas, não merece o apoio do Povo.

Levantam-se falsos problemas como o presente voto de confiança, pois estamos perante um documento provocador, não pela matéria em si, mas pelo oportunismo demagógico e eleitoralista.

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista alerta a população para as manobras eleiçoeiras que norteiam o Governo e o presente documento.

O Governo Regional pretende efectivamente especular à volta da votação que o P.S. decidir apresentar.

A sua lógica é simples e reprodutiva. Tentará compromê-lo caso vote a favor ou se abstenha; acusá-lo-á de não defender os interesses dos Açorianos se votar contra.

Denunciamos tão vil intenção. O Povo está farto de trocadilhos, quer saber a verdade, e mesmo que demore, sabê-la-á.

Defendemos verticalmente a nossa posição porque a chantagem não sente efeito, nem receamos enfrentar as eleições de cabeça erguida e conscientes do dever cumprido. Desejamos o apoio do voto consciente e não do voto manipulado. Temos uma base social de apoio que é tão açoriana como qualquer outra, e orgulha-se de o ser para a sua terra e trabalha para o seu desenvolvimento justo e igualitário.

São também açorianos de pleno direito os que apoiaram a atitude do Grupo Parlamentar do P.S. na sua posição de total protesto contra o atentado bombista que visou atingir o representante da Soberania do Estado.

Para aqueles com visão estreita, monolítica, e que pretendem monopolizar o conceito de Povo, respondemos que quem nos apoia, também é Povo, que é Povo cumpridor e assim, contribuinte, que foram esses que nos elegeram, e as medidas firmes que assumimos, legitimamente representativas do seu sentimento. Há momentos excepcionais que exigem medidas de excepção, e que não se compadecem com o cumprimento rotineiro do adiável.

São esses, que por todas as ilhas dos Açores receiam com fundamento, que o presente Governo Regional defenda prioritariamente o poder económico, que maioritariamente está implantado em S. Miguel, à custa da exploração dos trabalhadores.

Mesmo assim, porque não acreditamos que o Governo Regional tenha corrido riscos reais, sairá daqui com um voto de confiança. Mas não se convença de que representa a única alternativa constitucional para um Governo Autónomo. E que não comprometerá a Autonomia se se demitir, nem comprometerá o partido que lhe serve de suporte eleitoral.

Sugerimos em consonância com a proposta que dignamente defendeu o representante do CDS que o Governo Regional retire o pedido

de confiança apresentado.

Dignificaria a sua posição e, alterando os seus critérios, através de uma séria autocrítica, talvez se começasse a trabalhar com honestidade para o bem dos Açores e de Portugal.

Se não o fizer, o Governo Regional precipita-se numa aventura para onde arrastará todos os Açorianos que serão as suas vítimas.

Passe-se de uma vez para sempre das palavras e dos actos de forma que se possa num clima de confiança, alicerçar efectivamente a unidade regional e nacional.

Tenho dito.

(Palmas)

PRESIDENTE:- Tem a palavra o Sr. Deputado Renato Moura.

DEPUTADO RENATO MOURA (PPD/PSD):- Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Utilizando um dispositivo legal consagrado no Estatuto Provisório desta Região Autónoma, entendeu o Governo solicitar a esta Câmara um voto de confiança.

Embora o voto, a cujo debate se está a proceder, se refira especificamente à actuação do Governo Regional na participação, a que constitucionalmente tem direito, nas negociações do novo acordo Luso-Americano, sobre a Base das Lajes, as repercussões daí advenientes abrangem toda uma bem mais longa esfera - a do desenvolvimento da Região inteira.

É todo um povo que positivamente poderá usufruir dos benefícios resultantes, ou sentirá então na carne a frustração do que mais uma vez lhe foi negado.

É por isso, Sr. Presidente e Srs. Deputados, que é muito salutar que o Governo, politicamente responsável perante a Assembleia, segundo o número 4 do artigo 233º da Constituição, venha aqui, frente aos legítimos representantes do Povo, recolher a força de que necessita para eficazmente agir em assuntos de tão crucial importância e com tão largas implicações no desenvolvimento social e económico dos Açores.

A minúcia com que se encontra elaborado o documento que temos presente torna bem clara o que será a actuação do Governo Regio-

nal. Qualquer dos pontos nele referido é da maior oportunidade.

Gostaria porém de me debruçar sobre alguns aspectos que considero particularmente relevantes.

A Região Açores está, mercê da sua situação geográfica, afastada fisicamente dos grandes centros mundiais. As próprias ilhas que compõem o Arquipélago, estão dispersas pela imensidão do Atlântico. Parece que a natureza as votara para sempre ao abandono, por parte dos de fora e à desunião por parte dos de dentro. Com estes e outros fundamentos, foram os Açorianos durante o regime deposto e não só, relegados para um segundo plano, como se não fizéssemos parte do todo nacional. Diga-se, contudo, em abono da verdade, que desde sempre sentimos esse desprezo.

Com o movimento de Abril e com a consagração da Autonomia no texto Constitucional, abriu-se novo caminho. Há agora que trilhá-lo, progressivamente, mas com firmeza.

Não faz sentido, Sr. Presidente e Srs. Deputados, que ilhas duma mesma Região, embora separadas entre si pelo mar, sejam vítimas de tal abandono, que tem as mais nefastas consequências em todos os domínios.

Não tem sido por acaso que nesta Assembleia os parlamentares têm erguido a sua voz lamentando a grave situação em que nos encontramos. É porque nunca podemos aspirar a um conveniente e equilibrado desenvolvimento, se não dedicarmos particular atenção a este condicionalismo. E mais. Não podemos desejar uma verdadeira unidade regional, enquanto se não der resolução àquele aspecto e não se promover uma rigorosa acção na melhoria das comunicações e dos transportes.

As populações açorianas, porque não mais podem continuar a ser consideradas como portuguesas de segunda classe, têm o direito de ter à sua disposição um eficiente serviço postal, telegráfico e telefónico, quer inter-ilhas, quer para o exterior. O mesmo no que se refere a transportes, sejam marítimos ou aéreos.

Além do mais, é fundamental não esquecer que, mesmo dentro da Região, existem desigualdades que urge remediar, adentro de um esquema social-democrata, que a população inequivocamente escolheu.

É porque, como já aqui o disse e repito, não basta falar de ilhas pequenas e desfavorecidas. Essencial se torna que não esque-

çamos que neste momento ainda há ilhas que têm transportes marítimos apenas de quinze em quinze dias. Há as que não têm transportes aéreos e há-as como as Flores, que embora tendo aeroporto, teimosamente a deixam sem carreiras aéreas que eficientemente as sirvam.

No capítulo de comunicações ainda há ilhas mal servidas pelo serviço postal, sobretudo como consequência e falta de regularidade dos transportes, e pessimamente servidas pelo serviço telegráfico e principalmente telefónico. Enquanto algumas ilhas estão em permanente comunicação, 24 horas em cada dia, outras há em que, pelo menos durante parte da noite, as freguesias não podem comunicar entre si e a própria ilha fica furtada à comunicação com o mundo. São situações concretas que urge olhar com realismo, afectando-lhes as competentes verbas para as resolver com eficácia.

Nos números 4 e 8 do documento que estamos a apreciar, defende-se que o acordo deverá prever o financiamento de equipamentos que garantam um adequado sistema de transportes marítimos e aéreos inter-ilhas, e também o financiamento de estudos, projectos, obras e equipamentos no domínio das telecomunicações, dentro da Região e relativamente ao exterior.

Considero assim, que um órgão de Governo próprio da Região - o Governo Regional do PPD/PSD - está interessado em dar resposta, não só às carências que aponteí mas a tantas outras que neste momento nos afligem.

E que fique descansado o Sr. Deputado Félix Martins, pois que o Governo Regional está perfeitamente consciente do que defender na renovação do acordo Luso-Francês, porque para tal lhe não falta capacidade.

Além disso seja-me permitido esclarecer que não deixei, oportunamente, de fazer chegar a este Governo o meu modesto contributo: simplesmente, e porque na minha actuação não visio fins eleitoralistas, como alguns, não percorri as freguesias do círculo das Flores, ou as moradias de cada um, a escuras horas da madrugada, dele afixando cópias.

A altura é de acção e não de palavras.

E por isso, na mesma medida em que, como membro do Legislativo, aqui estarei quando necessário for, para o censurar, que neste

momento aqui estou, para dar o meu voto de confiança ao Governo Regional.

Tenho dito.

(Palmas)

PRESIDENTE:-- Tem a palavra o Sr. Deputado David Santos.

DEPUTADO DAVID SANTOS (PPD/PSD):-- Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Desejo em primeiro lugar saudar V.Exas., Sr. Presidente e Srs. Deputados, como legítimos representantes do Povo desta Região Açores, com desejos dos maiores êxitos no exercício do vosso mandato popular.

Seja-me também permitido saudar o Governo Regional dos Açores, na pessoa de V.Exa., Sr. Presidente do Governo Regional e expressar o meu desejo sincero de que com a legitimidade democrática de que está revestido, consiga, dentro do quadro da Constituição, institucionalizar e dinamizar a Autonomia político-administrativa consagrada na lei fundamental do País e promover com a social-democracia, o progresso desta Região, que ao longo dos tempos tem sido explorada e colonizada.

E dentro da Região há que olhar prioritariamente pelas ilhas mais desfavorecidas, de harmonia, aliás, com o próprio programa do Governo Regional.

Embora Deputado da Região, não posso esquecer que fui eleito pelo círculo da Ilha do Corvo, terra onde as carências são por demais evidentes e candentes.

Numa análise dos objectivos que o Governo Regional se propõe atingir na condução da sua participação nas negociações do novo acordo Luso-Americano sobre a Base das Lajes, desejo apenas realçar aqueles que poderiam contribuir, a curto prazo, para suavizar e melhorar a triste e por vezes dramática situação, no campo da saúde, em que a maioria da população da Região ainda vive.

Daí que os benefícios decorrentes das referidas negociações poderão decididamente contribuir para a construção de hospitais e postos clínicos, para o equipamento técnico dos já existentes e para dotar as ilhas menos favorecidas de meios eficientes e rápidos de trans-

porte, aéreo ou terrestre, dos doentes para os centros hospitalares mais convenientes.

Quantas vidas se têm perdido por virtude de carências desses meios, designadamente nas ilhas onde o transporte aéreo é inoperacional?

Há, pois, um mundo de infraestruturas a criar no campo da saúde para cuja realização se requerem vultosos meios financeiros, que têm de surgir dos benefícios do futuro acordo Luso-Americano, já que do Governo Central nos vem apenas a fúnebre sugestão do recurso ao crédito.

A isolada e minúscula ilha do Corvo é de todas a mais carecida de recursos no campo sanitário.

Quem sofre e já sofreu na carne e no espírito o espectro da falta de um médico há mais de dez anos, está em posição de realisticamente se poder pronunciar sobre os dramas vividos pelos Corvinos, precisamente por não terem a quem recorrer para curar as suas doenças, por mais ligeiras que sejam.

Há, pois, que estudar brevemente a solução mais adequada a dar a esta situação aflitiva dos Açorianos e especialmente dos Corvinos, e estou certo de que ela surgirá com o financiamento de obras e equipamentos para a cobertura sanitária da Região.

Para terminar resta-me expressar o meu voto de confiança no Governo Regional sobre a actuação, segundo as linhas por ele expostas, relativamente ao problema em causa, isto é, sobre os benefícios decorrentes das negociações do novo acordo Luso-Americano sobre a Base das Lajes.

Tenho dito.

(Palmas)

PRESIDENTE:- Tem a palavra o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro.

DEPUTADO ALVARINO PINHEIRO (PPD/PSD):- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo Regional:

De facto, nos últimos meses, temos vivido na nossa Região, importantes momentos históricos. Hoje, os legítimos representantes do Povo açoriano têm que se pronunciar sobre uma matéria que desde há muito tem feito correr imensa tinta. Todavia, pela nossa parte, ainda não vimos qualquer resultado. Conhecemos muito bem o valor estratégico da

nossa terra, e melhor do que nós sabem, os responsáveis pelo regime anterior, dos dividendos, quer políticos, quer militares, que retiraram por conta da Base das Lajes, enquanto nós, a viver entre tanques de gasolina e montes artificiais repletos de armamento, a assistir ao desgaste constante das nossas frágeis estradas, sem a devida compensação. A observarmos o entulho da baía da Praia da Vitória, sem a podermos utilizar. A não termos carreiras de aviões comerciais, porque os militares e a Aeronáutica Civil o dificultam. A termos um bairro da lata, porque não existe habitação. Inclusive, a assistir a que os interesses dos nossos trabalhadores fossem negociados com a entidade patronal, por intermédio da tropa portuguesa. Enfim, na Terceira, tínhamos que nos limitar a ver a banda passar: neste caso, os aviões. Uns para a guerra, outros para Lisboa, possivelmente carregados de contrabando, além de já termos aparado alguns, felizmente sem grandes consequências para o nosso Povo.

Em troca de tudo isto, recebemos algumas esmolas do "People to People", e as boas relações que em regra existem entre os hóspedes americanos e a população terceirense.

Mas veio a libertação do Povo português e, com ela, a Constituição, a Autonomia, e a garantia de participarmos nas negociações de tratados e acordos internacionais, e nos benefícios deles decorrentes.

E assim, sobre nós renovou-se a esperança de esta Região vir a arrancar, graças aos benefícios que pudéssemos vir a auferir.

O Povo açoriano terá o seu representante nas negociações com os Estados Unidos, mas, para o êxito destas, torna-se também necessário que o País possua um Governo forte, independente, e com poder de negociação.

Srs. Deputados: é isto que esperamos. No entanto, algumas figuras nacionais lançam calúnias sobre os órgãos do poder regional e sobre o Povo açoriano, talvez com o intuito de criarem um ambiente desfavorável à nossa razão. Todavia, a Constituição portuguesa está conosco. Não acreditamos que, mais uma vez, o Governo Central utilize a Base das Lajes para dar cobertura à sua má política, embora desta vez não numa óptica fascista, mas numa óptica socialista. Não com despesas com a guerra colonial, mas com um orçamento em que o Governo Socialista, em tempo de paz, vai dotar as Forças Armadas com quase vin-

te milhões de contos.

É preciso saber quanto é que Portugal já deve aos Estados Unidos. Os interesses do Povo açoriano não podem ser moeda a entregar a estrangeiros para a cobertura de uma tímida e incoerente política nacional. Não queremos servir para hipoteca das dívidas existentes. Temos, sim, de estar todos unidos para que o Governo Regional dos Açores seja suficientemente forte para defender, como é sua intenção, junto do Governo Central, os verdadeiros e legítimos interesses do Povo açoriano, aquando das negociações com os Estados Unidos acerca das Lajes. Com certeza que as nossas únicas armas terão de ser a razão e a Constituição.

Obrigado.

(Palmas)

PRESIDENTE:- Tem a palavra o Sr. Deputado Frederico Maciel.

DEPUTADO FREDERICO MACIEL (PPD/PSD):- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo Regional:

Todos nós sabemos que qualquer acto governativo para melhoria de vida das populações terá que ser, primeiramente, a criação de infraestruturas não existentes e bastante necessárias.

Sabemos também que não se pode hipotecar uma Região ou um País a empréstimos para criar essas mesmas infraestruturas.

Se o Governo Regional apresenta a esta Assembleia - onde têm assento os legítimos representantes do Povo açoriano - o pedido de um voto de confiança sobre um assunto que, ressaltando uma e outra condição atrás exposta, vai sobremaneira dar uma resposta aos mais legítimos anseios das populações açorianas e à unidade dessas mesmas populações, como um todo regional integrado num outro todo nacional, terá todo o nosso apoio e estou certo que terá também o apoio dos nossos eleitores.

Isto não é de forma alguma - contrariamente ao que afirmou o Sr. Secretário da Comunicação Social - pretender, inconstitucionalmente, entabular conversações directas com o Governo Americano.

Nós respeitamos a Constituição da República Portuguesa e os Órgãos de Soberania nela consignados, inclusive o artigo 229º, nº 1 alínea 1) que diz quanto às atribuições das Regiões Autónomas:

"Participar nas negociações de tratados e acordos interna-

cionais que directamente lhes digam respeito, bem como nos benefícios dela decorrentes".

O Governo Regional não pretende fazer qualquer tipo de negociações directamente, mas pretende, dentro dos princípios da Constituição, participar nessas negociações.

Nós, Sociais-Democratas, aceitamos a Constituição e a Autonomia nela consagrada.

Admitimos apenas, e somente, a Autonomia que está consagrada na Constituição; mas, por outro lado, lutaremos para que essa Constituição, que nas palavras do Dr. Salgado Zenha foi elaborada pelo Partido Socialista, seja respeitada e cumprida inclusivé no tocante à Autonomia.

A participação do Governo Regional nas negociações sobre a Base das Lajes e a defesa dos aspectos propostos neste voto de confiança ajudar-nos-á a um arranque da economia açoriana e a uma maior justiça social virada, como o nosso programa o indica, para as classes mais desfavorecidas e para as ilhas mais desprotegidas.

Serão os trabalhadores da própria Base e as ilhas mais desfavorecidas as primeiras beneficiadas!

Quem é de S. Jorge ou da Graciosa sabe bem o que é não ter um aeroporto, não ter portos - sobretudo a Graciosa -, não ter transportes!

Quem habita muitas freguesias rurais da nossa Região - e isto de Santa Maria ao Corvo - sabe bem o que é não ter electricidade, água canalizada ou estradas!

Quem habita S. Jorge, Graciosa ou Pico sabe bem o que é não ter escolas!

O Governo Regional que submete toda a sua política - como Governo democrático que é - à Assembleia Regional, pediu a esta um voto de confiança sobre os assuntos a tratar na sua participação nas negociações da Base das Lajes.

Nós damo-lo porque vemos nele - para além da justiça social que advém dos seus considerandos - o respeito do Governo Regional e do seu Presidente pelo Povo açoriano, através dos seus representantes livremente eleitos.

Não estamos contra uma Constituição que também votamos e aceitamos como consagração duma verdadeira Autonomia dentro do contexto Nacional. Mas estamos também do lado (infelizmente parece sermos os únicos!) do Povo açoriano, sobretudo das classes trabalhadoras em situação mais difícil, que pretende uma real autonomia dentro dos parâmetros da Constituição.

Tenho dito.

(Palmas)

PRESIDENTE:- Tem a palavra o Sr. Deputado Emanuel Silva.

DEPUTADO EMANUEL SILVA (PPD/PSD):- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo Regional:

O conteúdo do documento ora em discussão nesta Câmara representa, por si, uma manifestação da vontade colectiva do Povo açoriano. Uma vontade colectiva que, pela primeira vez, é posta realisticamente em termos políticos, o que pode significar, para os habitantes das nove ilhas do Arquipélago, como que uma consequência lógica da Constituição da República Portuguesa, que reconhece à Região as instituições que tornam possível a existência de um Governo próprio, consagrando também a existência deste Parlamento, que tem o direito constitucional de se pronunciar sobre importantes aspectos da vida política açoriana.

É pois, dentro do quadro estritamente constitucional, que a Assembleia Regional dos Açores se vai pronunciar sobre o conteúdo de um voto de confiança ao Governo Regional, que eu antes diria ser a ratificação de uma acção política por parte do órgão regional que consubstancia a vontade popular. Não se trata, pois, de passar um "cheque em branco" ao Governo Regional. Também não se trata de sancionar qualquer programa político do qual não se adivinhem resultados palpáveis. Trata-se, isso sim, de reforçar uma atitude que se encontra no espírito de todos nós há longos anos. Trata-se, isso sim, de dar ao Governo Regional meios morais indispensáveis para que ele se empenhe afincadamente na defesa intransigente da vontade colectiva do Povo açoriano, e esta Assembleia, ao fazê-lo, está precisamente a usar de um direito inalienável: o de defender os interesses da Autonomia açoriana, que a Constituição da República Portuguesa consagra e que nós, sociais-democratas, permanentemente ratificamos.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo Regional:

Os recursos financeiros da Região Autónoma dos Açores estão gravemente comprometidos pela actual situação económica nacional. A Autonomia açoriana, para sobreviver e para ajudar a sobreviver a democracia portuguesa, e com ela os ideais de liberdade do nosso Povo, passa, sem dúvida, pela capacidade que tivermos em meios financeiros capazes de nos conduzirem ao debelar das situações de desequilíbrio económico e social que se fazem sentir inteiramente no Arquipélago, não só por força da descontinuidade geográfica mas também por um certo proteccionismo de um passado recente.

A prossecução de uma política que atenda aos aspectos básicos das nossas necessidades imediatas, tem de se fazer assentar nas infraestruturas que são simultaneamente de ordem social e de ordem económica. Por aqui passa o reforço e a progressividade da Autonomia dos Açores. Por aqui passa também uma verdadeira política social-democrática.

Contudo, sejamos realistas. A criação de princípios eminentemente sociais passam também pelas disponibilidades advindas das fontes reprodutivas. Nada se dá quando nada se tem. Sectores da economia regional apresentam-se tal como se encontravam há décadas atrás. Criar quadros técnicos, planificar e investir, eis três factores primordiais para que arranquemos rumo ao futuro. Só que os mecanismos de que actualmente dispomos não nos permitem encetar essa ingente tarefa.

Em resumo: dispomos do "sujeito", mas faltam-nos os meios para conseguirmos os "objectivos". Necessitamos pois dos meios financeiros. Temos de os procurar, sem que os mesmos se convertam em factores de desequilíbrio financeiro irreductível. Para isso parece apontar o conjunto de propostas que o Governo Regional se propõe defender nas negociações Luso-Americanas, a encetar em breve, com vista ao novo acordo de utilização da Base das Lajes.

Está, pois, em nosso espírito, dar pleno apoio ao Executivo açoriano naquilo que são as pretensões do Povo dos Açores. E não se diga que se trata de um seguidismo cego às atitudes do Governo Regional. Nem tão pouco se veja nisto uma submissão do Legislativo ao Executivo. Antes se diga que estamos a exercer um direito que reflecte uma vontade colectiva há muito expressa e que a Constituição garante.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo Regional:

No limiar do fim desta discussão, considerações finais há a fazer, sobretudo no que se refere às diversas atitudes aqui assumidas, algumas das quais importa referir, porque não pactuamos com certas afirmações extemporâneas e eivadas de sentidos pouco próprios à convivência democrática. Assim, a intervenção feita pela cara colega Conceição Bettencourt do Grupo Parlamentar do Partido Socialista merece especial atenção, e gostaria de saber se a opinião que exprimiu será a opinião unânime do P.S.. Se assim for, direi que o P.S., através das atitudes aqui postas em evidência, e outras que já tomou em outras alturas, é quem aguça os apetites ao separatismo, reforçando as teses do mesmo, servindo-lhe de "linha bastarda". O P.S. alimenta o separatismo com as suas atitudes porque vê nisso, como estratégia, a possibilidade de fazer gorar a Autonomia, comprovando deste modo, as suas próprias teses.

Mas que não seja esquecido que, se tal acontecer, é a Constituição e a Democracia que podem vir a ser postas em causa. No entanto, seja dito também que o P.S. não está aqui para dignificar a Autonomia ou esta Câmara se, como um elemento do Grupo Parlamentar do P.S. afirmou, a situação do seu partido é a de crítica constante.

Nada tem a apresentar a esta Assembleia, porque considera que o seu papel se reserva apenas a obstruir. Assim, talvez se possa dizer que o P.S. é uma filial, nos Açores, dos interesses anti-constitucionais e anti-democráticos. O P.S. limita-se a trazer para esta Câmara os "recados" que alguns membros do Governo da República enviam por encomenda. Assim sucedeu há dias. O agitar do patriotismo exacerbado e dos nacionalismos com bandeira. O P.S.D. não aceita lições de patriotismo de ninguém, e muito menos do P.S.. Sabemos para onde queremos ir, respeitando integralmente o texto constitucional, e pondo ao nosso serviço os mecanismos que a mesma nos dá ensejo de podermos utilizar.

Quanto ao CDS - que não está presente -, apelo para o seu espírito. Como alguém disse inteligentemente na Assembleia da República, também este trouxe o recado do dirigente da confederação Industrial Portuguesa, e honra lhe seja feita, porque tomou bem conta da encomenda.

Tenho dito.

(Palmas)

PRESIDENTE:- Tem a palavra o Sr. Deputado Borges de Carvalho.

DEPUTADO BORGES DE CARVALHO (PPD/PSD):- Sr. Presidente da Assembleia Regional dos Açores, Srs. Deputados, Sr. Presidente e membros do Governo Regional:

Praticamente tudo o que podia ser dito, já o foi nesta Câmara, pelo que o melhor, da minha parte, seria o silêncio.

No entanto, penso não ser demais vincar alguns aspectos que marcam o momento histórico que se vive, quer na nossa Região, quer no nosso País.

O Governo Regional, usando da competência que lhe foi conferida pelo Estatuto Provisório da Região Autónoma dos Açores, na alínea j) do artigo 33º, que diz ser direito daquele Órgão de Governo próprio da Região, participar nas negociações de tratados e acordos internacionais, que directamente digam respeito à Região.

Sem referir as circunstâncias em que foi elaborado aquele Estatuto Provisório, gostaria de relembrar algo contido no seu preâmbulo, ou seja, a classificação daquele diploma legal como sendo, apenas, constitucional, pelo que se pode dizer que não é bom nem mau. É, sim, um Estatuto cingido à letra e ao espírito da Constituição da República. Diz mais, e a meu ver muito bem: a Constituição é boa por excelência, enquanto emanação da vontade popular.

Esta participação que referi, também está consagrada na Constituição, na alínea l) do nº 1 do artigo 229º, que convém citar, porquanto é ainda mais explícita ao consagrar esta participação nos seguintes termos: "Participar nas negociações de tratados e acordos internacionais que directamente lhes diga respeito, bem como nos benefícios deles decórrentes."

Penso ter sido dentro deste princípio - respeito da Constituição como valor máximo, porque emanação da vontade popular - que o Governo Regional quis pôr à consideração dos legítimos representantes do Povo açoriano, a sua definição na concretização deste direito, consagrado na Constituição da República Portuguesa. Constituição esta que nunca foi aceite pelo CDS, e que aqui foi novamente posta em causa, o que não constitui surpresa alguma.

O que já pode constituir surpresa, é atirar para o Partido Social Democrata aquilo que é complexo do CDS, ou seja, a sede do poder! Não se fartaram de governar 50 anos o Império! Não se convenceram que cansado está, sim, o Povo deste País! É tão notória a frustração que até já lhes serviria governarem estas ilhas onde, manifestamente o Povo já os repudiou.

Aos Srs. Deputados desta Assembleia Regional, direi, pura e simplesmente; sejamos dignos do nosso Povo, que é o Povo açoriano.

Mas, Sr. Presidente, para nós, representantes do Povo, este acto tem ainda maior significado. Não se pode deixar passar este momento sem ficar bem vincado que é pela primeira vez que se discute como negociar a Base das Lajes, facto este que certamente sensibiliza não só qualquer Açoriano, como também qualquer Português. Isto, porque temos uma Constituição resultante da vontade Popular, em que os Açorianos também participaram.

No entanto, parece-me ser de elementar justiça prestarmos homenagem a quem nos possibilitou essa lei fundamental, que foram os homens do 25 de Abril, e que, em 25 de Novembro, souberam, com a sua peculiar firmeza, ultrapassar aqueles que queriam, e desejariam, trair o espírito genuíno do 25 de Abril, o qual era - estou convicto - o res_ peito escrupuloso da vontade popular.

Dizia que este acto reveste significado de relevo para todos nós. Mas devo repetir aquilo que penso muitos populares pensaram neste momento. Até parece mentira - não propriamente a nossa participação, mas sim falar-se abertamente neste assunto - ter sido possível aos representantes do Povo pronunciarem-se sobre o problema em causa.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Queria ainda referir que esta nossa participação, ou seja, a nossa opinião, vai ser dada sobre determinados objectivos que substanciam o documento oriundo do Governo Regional. Objectivos que são orientados, por um lado, no sentido de garantir um estatuto para os trabalhadores da Base, que salvguarde os direitos daqueles, confor me as leis em vigor, e, por outro lado, conseguir infraestruturas para a Região, sem as quais o progresso, o caminho de prosperidade nas nossas ilhas, nunca será uma realidade.

Penso que, a conseguirem-se estes objectivos, os Açorianos

terão oportunidade de começar a olhar uns para os outros, com maior confiança. Desses objectivos ressalta perfeitamente que não se pretende defender os interesses de uma ilha - neste caso concreto a ilha Terceira, de quem sou representante popular - mas sim os de todo o Povo açoriano em geral, e até, inclusivamente, os do Povo português.

Acho que podemos afirmar que isto constituirá mais um passo largo para a construção da nossa Região, ou seja, o caminhar para a unidade de todos nós!

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

A nossa satisfação, o nosso apoio, a nossa confiança, e até mesmo a nossa exigência para com aqueles que vão fazer parte activa nestas negociações, nada mais é do que a condenação do passado, e o realismo do momento presente, ou seja, a única força actual, que é a vida democrática.

Tenho dito.

(Palmas)

PRESIDENTE:- Estando encerradas as intervenções previstas para este debate e, em cumprimento do Regimento da Assembleia, que prevê o uso da palavra por um representante de cada um dos partidos aqui presentes, e ainda pelo Presidente do Governo Regional, eu vou dar a palavra ao representante do Partido Socialista.

DEPUTADO MARTINS GOULART (PS):- Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Não me vou alongar, até porque talvez já vos cansei nas considerações que teci há momentos. Todos devem estar, decerto, cansados de ouvir tanta gente falar sobre o mesmo assunto. Mas aproveito a ocasião para, num pequeno improviso, considerar alguns aspectos que foram aqui focados, e que dizem mais ou menos respeito às intenções e análises produzidas por membros do Grupo Parlamentar do Partido Socialista.

Nós participamos neste debate com a firme intenção de, friamente, serenamente, em palavras e em conteúdo - para podermos subtrair do contexto emotivo e sócio-político que envolve toda uma situação de grande importância - dizia eu que, em palavras, mais ou menos claras, podermos transmitir à população dos Açores as ideias fundamentais que norteiam o critério do Partido Socialista neste momento.

Ouvimos com desagrado insinuações demasiado ofensivas, co-

mo a que acabamos de ouvir: que o Partido Socialista fomentava o separatismo. Isto é altamente insultuoso, porque se alguém se tem batido contra o separatismo, esse alguém tem sido, sem qualquer ambiguidade, o Partido Socialista. Não histericamente; não para conseguir votos, mas porque considerou, e considera neste momento, infelizmente, que esse pedido ainda existe, não no sentido de as pessoas não terem liberdade de exprimirem a sua opinião, mas no sentido de se gizarem manobras, para favorecer pessoas que, à custa dos trabalhadores, que à custa de um efeito político, possam vir a favorecer-se. E cito; não é do PPD/PSD que vamos receber lições de patriotismo! Eu inverte a questão.

E não aceito porque até no dia 23, anteontem, foi um militante do PPD que nesta ilha, na freguesia de Castelo Branco, à luz do dia, impunemente, sem qualquer receio, distribuiu um comunicado da FLA, preferencialmente a simpatizantes do PPD.

(Vozes de protesto das bancadas do PPD/PSD)

O ORADOR:- Eu tenho o comunicado aqui, se o quiserem ver. Não foi entregue, mas há quem testemunhou o facto.

Foi também afirmado que o PS não estaria aqui para dignificar esta Câmara. O PS está aqui para dignificar esta Câmara, e tudo fará para que ninguém, de qualquer forma, possa destruí-la. E nós reaceamos que essa tentativa esteja na mente de alguns!

Esta Câmara é, fundamentalmente, o baluarte da Autonomia. É aqui que estão os legítimos representantes da População dos Açores, do Povo que nos elegeu!

O Governo foi nomeado, e por isso é que necessita, de vez em quando, de aqui vir. Esse acto é necessário. Neste momento, achamo-lo desnecessário.

Mas por que é que nós queremos dignificar esta Câmara? E porque é que nós dizemos que pensamos que alguém tenta destruí-la? Porque não fomos nós que consignámos no Estatuto do Deputado, por exemplo, que não houvesse afectação permanente. Não digo obrigatória, mas digo - como o direi - livre, daqueles que foram eleitos pelo Povo, para o poderem, dignamente, representar.

Nós batemo-nos por isso, e foi o PPD/PSD que nos pôs numa situação de só poder vir aqui quando o Governo Regional nos convoca,

para dar cobertura directa à iniciativa do Executivo. E dou um exemplo: como é que o mesmo partido, que formou o Governo Regional na Madeira, lá, defendeu a afectação permanente? É ou não é o mesmo partido?

E digo-vos: na Assembleia Regional da Madeira, o Estatuto do Deputado, que foi aprovado pelo PSD, tem a afectação permanente. É ou não é o mesmo partido? Defende, ou não defende da mesma forma as populações?

Portanto, a manobra é vasta. É diferente. E nós desconfiamos, e temos razões para isso!

Ouvimos também dizer que recebíamos recados do Governo da República. Gostaríamos que nos provassem como é que os recebemos, a haver alguma "Pide" montada para detectar isso. Também gostaríamos de saber quem é que dá os recados aos deputados do PSD, se alguém os dá. Se não os dá, ficamos muito satisfeitos.

Mas... efectivamente, insinuações, ofensas deste género, não dignificam esta Câmara.

Se fomos duros numa determinada análise, não pretendemos atingir pessoas, nem dignificarmo-nos por ambição. O que pretendemos, única e exclusivamente, foi denunciar determinados actos que estavam, e estão ainda, na mente de muitos, ocultamente, a serem perpetrados para atingir fins que não confessam ainda.

E assistimos aqui a vários comícios políticos, de uma forma emotiva, de uma forma que nunca se poderia coadunar com a razão de ser deste Plenário.

Defenderam-se políticas partidárias, atacaram-se mutuamente as pessoas, e o que é que se pretende com isso? Não é a dignificação desta Câmara! Até se fez o convite ao elemento do CDS, que saísse. Isto não dignifica esta Câmara.

Portanto, eu não quero alongar-me demasiadamente. Não quero. Mas quero reafirmar, com toda a firmeza, que o PS defendeu a Autonomia constitucional, e ela está garantida. Não utiliza esta presente atitude para conquistar votos, porque até sabe que essa não é a atitude eleitoralista mais conveniente. Seria muito mais cómodo irmos rebocados pelo PPD e, portanto, os Açorianos até ficariam - de uma maneira muito alarmada, talvez - com a ideia de que o Partido Socialista era tão autonomista como o PPD. Não, não é isso que nos norteia.

Também posso dizer que achamos muitas contradições. O Sr. Chefe do Governo Regional disse que antes do 25 de Abril não houve benefícios através da Base das Lajes, ou, pelo menos, benefícios substanciais. Depois ouvimos falar, por outras pessoas, em um monte de benefícios! Essa contradição pareceu-nos interessante, e as contradições sucederam-se, até se ter dito que os Continentais não têm dinheiro para comer. Houve essa insinuação. Mas são esses mesmos Açorianos, é esse mesmo Governo Regional, que exige que esses que não têm dinheiro para comer, satisfaçam imediatamente determinadas carências.

Portanto, as contradições surgiram, os comportamentos foram esquisitos, nós calmamente assistimos a esse desenrolar. Alguém falou até numa lei física que diz "os extremos tocam-se". Lei empírica, talvez. Física, não acredito.

Também contesto, aqui, que o Secretário de Estado da Comunicação Social tenha afirmado que o Governo Regional pretendia negociar directamente com os Americanos. Isso apareceu na Imprensa Continental, num jornal de direita, intitulado "O Dia", e que foi desmentido, atempadamente, pelo Governo Regional.

Gostaria de concluir, - e desculpem o imprevisto desta análise - porque foi acordado que neste momento é que se responderia a determinadas perguntas, ou dúvidas, não foi com intenção de fazer um apanhado total das intervenções aqui efectuadas. Foi mais no sentido de esclarecer determinados aspectos, que não podem estar em dúvida na mente de nenhum Açoriano.

Muito obrigado.

(Palmas)

PRESIDENTE:- A seguir, darei a palavra ao representante do Partido Social Democrata.

DEPUTADO BORGES DE CARVALHO (PPD/PSD):- Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Não pretendo usar da palavra durante muito tempo, porquanto o Presidente do Governo Regional tem direito a usar dela, pois, como toda a gente sabe, é elemento do Partido Social Democrata. No entanto, acho que devo referir alguma coisa além daquilo - já o disse - que é a minha posição como elemento do Partido Social Democrata.

A tomada de posição do Grupo Parlamentar do Partido Social

Democrata, ao apoiar este voto de confiança por parte do Governo Regional, não é eleitoralista. E não temos receio de possíveis jogadas que, neste momento, só podem ser imaginadas, de tudo o que seja, ou seja de quem for. Porque os Deputados do Partido Social Democrata estão conscientes de que têm que, única e exclusivamente, respeitar a vontade daqueles que depositaram a sua confiança neles.

E é neste sentido que o Governo do Partido Social Democrata nos Açores, apresenta o pedido de voto de confiança, para uma determinada política, que vai procurar levar a cabo, nas negociações em que também está directamente interessado, porquanto se referem a algo que se situa na Região dos Açores. E certamente irá com o propósito de colaborar nessas negociações, que terão por objectivo os interesses, em especial, da Região dos Açores. E ao ter por objectivo os interesses da Região dos Açores, automaticamente têm por objectivo os interesses da Nação Portuguesa, porquanto a Região dos Açores é parte integrante da Nação Portuguesa.

Além disso, tanto da parte do Governo Regional, como da parte do Partido Social Democrata, as eleições para as Autarquias Locais não são um pedido de confirmação do poder, que já tem. Não o pode ser! Só o poderá ser daqui a três ou quatro anos.

A participação nas Autarquias Locais por parte do Partido Social Democrata, é com o objectivo de se conseguir, em concreto, a Democracia. É restituir o poder local aos representantes directos do Povo. Só será possível - e nós já o afirmamos - que com as eleições de 12 de Dezembro culmina a Democracia Portuguesa. Porque são os directos representantes do Povo, localmente, que vão defender os seus interesses. De maneira que não se trata de procurar - com fins eleitoralistas - conseguir votos. São os directos representantes do Povo, que se vão "testar" perante esse mesmo Povo.

Também foi referido que o Grupo Parlamentar do Partido Socialista era de opinião diferente quanto à não afectação dos Deputados à Assembleia Regional. Foi dito que na Madeira, Região Autónoma como a nossa, o mesmo partido tomava atitudes diferentes. Penso - e disso estou certo - que o Presidente do Grupo Parlamentar do Partido Socialista não quis comparar as duas Regiões, porquanto não acredito que haja ninguém com conhecimento de causa que seja capaz de fazer tal afirmação. Claro que isso admite-se - e ainda se admite, infelizmente -

a muita gente que pretende continuar a governar de Lisboa, sem conhecimento da realidade. E é necessário que toda a gente tenha consciência de que a própria Autonomia da Região dos Açores foi defendida, na colaboração de se conseguir um Estado de Direito e descentralizador, e que se acabe, até mesmo, com a concentração de poderes.

Também é certo que, devido à inexperiência de todos nós, - felizmente que não temos grandes políticos - não tem sido muito produtivo o trabalho do nosso Grupo Parlamentar. No entanto, deve ser feita justiça, porquanto já apresentámos projectos de Decretos Regionais, e mais do que isso também. E nós, Deputados do Partido Social Democrata, nunca receamos nada, porquanto o nosso espírito crítico, a nossa firmeza perante as situações concretas - e é sobre essas que toda a pessoa se pode pronunciar, e toda a pessoa pode tomar uma decisão - não receia, seja em que altura for, e sejam quais forem as circunstâncias, esse momento. E porque estamos aptos, e conscientes de que é necessário respeitar a vontade popular, é necessário ter a ombridade de tomar essas decisões, seja em que momento for.

Afirmei, aquando da minha intervenção, que diria só uma coisa aos Deputados Regionais: "Sejamos dignos de ser Açorianos, e de ser Portugueses!".

E não é com nacionalismos, que se podem considerar de cegos, que se poderá conseguir, quer a unidade açoriana, quer a unidade nacional. Tudo isto - quer a unidade açoriana, quer a unidade nacional - tem de ser conseguido com clareza, e sem receio de nada. Porque se, a todo o momento, se recear a desvinculação nacional, pode-se estar a caminhar, mesmo, para essa desvinculação.

Queria dizer, ainda, que penso que a atitude de qualquer Deputado, independentemente de partidos, deve ser sempre uma atitude crítica, com honestidade, em relação ao Executivo. Penso que não é com uma dúvida constante que se resolvem os problemas. É, sim, com alternativas muito concretas, e colocadas perante o próprio Povo, e perante a viabilidade da realidade.

Queria só dizer, mais, que o que está em jogo não é um partido; o que está em jogo é o Povo açoriano! O que está em jogo é a Autonomia da Região Autónoma dos Açores! O que está em jogo é a própria Democracia, quer na Região dos Açores, quer no próprio País de que fazemos parte.

Por isso, sejamos capazes de construir a unidade açoriana,

e a unidade nacional!

(Palmas)

PRESIDENTE:- Tem a palavra o Presidente do Governo Regional.

PRESIDENTE DO GOVERNO REGIONAL:- Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Não vai ser fácil ser sintético, porque, para isso, é preciso ter tempo de reflexão. E, de acordo com o Regimento desta Assembleia, cabe-me agora usar da palavra para encerrar o debate que o Governo Regional promoveu.

Tendo perante mim uma quantidade enorme de intervenções, e, designadamente, entre elas, ataques inúmeros, partidos das bancadas da oposição, talvez possa dizer que há uma convergência de pontos de vista, porque todos são unânimes em afirmar que a nossa Região carece vitalmente, para poder avançar no desenvolvimento económico, dessas infraestruturas que se encontram indicadas no documento apresentado a esta Assembleia. E por isso, também todos são de acordo na importância das negociações que muito em breve se vão abrir entre Portugal e os Estados Unidos, relacionadas com a Base das Lajes, porque todos também nelas vêm, de certo, uma possibilidade para a Região, de aproveitar esse valor que é seu, para resolver aqueles problemas mais urgentes para o seu desenvolvimento.

E gostaria de sublinhar aqui, Sr. Presidente e Srs. Deputados, um espírito de unidade, claríssimo, que ultrapassa aqueles bairrismos doentios que os divisionistas procuram fomentar, e que foi a tónica de todas as intervenções dos Deputados do Partido que nesta Câmara apoia o Governo: o Partido Social Democrata.

Mas é necessário responder, para que se não pense que, por falta da resposta, se dão as críticas como boas. Infelizmente, o CDS não quis estar presente no final. Envergonhado, talvez, não sei. Mas é pena porque havia algumas coisas a dizer-lhe que, por via da ausência, terão de ser, obviamente, resumidas. As propostas apresentadas pelo Governo sobre aqueles pontos, - que interessa, de facto, ter em conta - não são vagas porque nelas está traçado o quadro das nossas carências no domínio das infraestruturas e, sem elas, bem sabemos que será impossível - é precisamente por isso que nós estamos no estado

em que estamos - será impossível progredir. O Governo Regional, ao apresentar este programa perante a Assembleia Regional, pretende apenas estabelecer, em colaboração com os representantes legítimos do Povo açoriano, uma base negocial.

Não pretendemos, de forma nenhuma, impôr o nosso programa. Pretendemos, isso sim, dizer com clareza aquilo que corresponde às afirmações do nosso Povo, e queremos isto avalizado por um voto da Assembleia, que democraticamente o representa, nos termos da Constituição. Nós temos, rigorosamente, duas negociações, e o que se trata de preparar agora é aquela em nós vamos intervir no âmbito do Governo da República, em paridade com outras entidades. Nós não pretendemos negociar com o Governo dos Estados Unidos, como, fantasiosa e ridiculamente, alguns nos pretendem imputar. O que nós temos, sim, é de convencer o Governo da República da justiça das nossas razões, e isso é preciso fazer com vigor, porque estamos muito habituados a sermos esquecidos, e é este o momento de o fazer. Não foi só pela parte do CDS, de acordo com a tal famosa lei empírica de que os extremos se tocam. Afinal foi esta a tecla batida, constantemente, pelo Partido Socialista. É este o momento de tomar posição nesta matéria. Não há aqui qual quer questão de inoportunidade, o que nós vemos é que tanto o CDS como o Partido Socialista procuram arranjar um pretexto para se eximirem de assumir as suas responsabilidades e, como Pôncio Pilatos, lavarem as mãos diante do Povo. Não era isto o que nós esperávamos. Claro que tudo isto apareceu misturado, da parte da oposição, com os ataques mais diversos, mas nós podíamos dizer, parafraseando um poeta conhecido, que "oposição é oposição", e tem demonstrado estar aqui, pura e simplesmente, para dificultar o andamento que as instituições do Governo Próprio dos Açores têm de trilhar a fim de aqui se consolidar a Constituição.

As piores acusações nos foram assacadas, e temos de as ouvir de cara alegre, porque aí de nós se tomássemos qualquer atitude perante elas: imediatamente cairia sobre nós esta outra acusação de não sermos democráticos, de não respeitarmos os direitos da minoria.

Acusados de demagogia, acusados de eleitoralismo, acusados - isso até já tem conteúdo pessoal - de pretendermos instaurar uma ditadura, de talvez estarmos a pensar em destruir esta Câmara. Que ridículo tudo isto!

Porque, afinal, não fomos nós que marcámos esta data para o debate desta matéria. Não nos cabe a nós a escolha do momento. Este momento foi-nos fixado pelo Governo da República. Será que ele pretendia tomar proveito desta questão? Com certeza nós havíamos de trazer aqui à Assembleia porque este Governo é um Governo democrático e quer governar em participação com o Povo, já que ele pretendia dar assim ocasião ao Partido Socialista, aos seus representantes locais, de fazer, sim, como se fez aqui, campanha eleitoral, pelas câmaras de Televisão. Porque assistimos aqui a comícios, isso sim, bem disse o líder do Grupo Parlamentar do Partido Socialista. Mas esse comício foi feito pelo Partido Socialista que até chegou ao ponto - descaradamente - de apelar ao voto nas próximas eleições.

Tudo o que é exagerado é insignificante, e não sou eu que o digo, é um pensador francês muito famoso. Por isso esses ataques que vários elementos do Partido Socialista contra mim pessoalmente dirigiram, ultrapassam tanto a realidade que não merecem resposta. Fantasiam-se intenções que de forma alguma correspondem à realidade e pretenderam-se desenterrar episódios antigos como se com eles se quisessem enxovalhar as pessoas e designadamente eu próprio, como Presidente do Governo Regional. Devo dizer, aqui, com toda a clareza, que não tenho por motivo de vergonha a minha actuação política antes do 25 de Abril. Tenho a consciência segura dos ideais que defendi.

Tenho consciência, dizia, dos ideais que defendi e o que gostava era que muitos dos que muito me atacam, me dissessem o que fizeram antes do 25 de Abril. Que de alguns deles, até se sabe, mas o que se sabe nada tem a ver com a política.

Quando se chega aqui ao ponto de pretender assacar ao Governo a intenção de controlar a informação, tem de se fazer uma pausa para protestar, porque, por paradoxo, se vê aqui mesmo lamentar que há informação a mais, de que há papeis confidenciais - e esta classificação diz apenas respeito à transmissão para cá - uma vez chegado à Assembleia o papel torna-se público. Há papeis confidenciais que aparecem nas colunas dos jornais. Não é o Governo nem os Deputados do Partido Socialista que, aliás, bem conhecem da matéria, porque, na altura em que andava o Partido Socialista de braço dado com o PC, com o MDP e com o MES, foram reclamar, já bastante depois do 25 de Abril - isto não são contos antigos - a instauração da censura à imprensa regional, durante a visita do então General Fabião aos Açores.

Porque, Srs. Presidente e Srs. Deputados, há quem seja, isso sim, arrivista às barreiras donde se defende a Autonomia. Porque dentre as bancadas do Partido Socialista, nós vamos encontrar elementos ligados ao famoso grupo dos onze, essa conspiração da réplica açoriana do "gonçalvismo" - "Borges Coutismo" para desacreditar a Autonomia e impedir algum dia "Imperceptível".

Aliás, se nós formos a entrar no caminho do processo de intenções, que porpemente aqui foi feito ao Governo Regional, iremos chegar muito longe.

Foi feita aqui uma recomendação que é bem possível que esteja ligada com um reparo feito por um Deputado do Partido Socialista e alto responsável dele, há pouco tempo, na Assembleia da República. Foi aqui dito, por um dos Deputados do Partido Socialista, que era indispensável que o Governo primeiro fizesse o seu plano, e que depois se trataria do seu financiamento, para vir cá, então, nessa altura. O Partido Socialista estaria na primeira linha a defender os seus objectivos. Agora começo a perceber tudo, porque ainda há tempos, na Assembleia da República, se disse: "Os interesses dos Açores serão atendidos na negociação sobre as Lajes, se forem apresentados a tempo". Agora pretende-se que façamos primeiro o Plano, e como, ainda por cima, o autor da recomendação é um dos técnicos do Planeamento do Arquipélago, havíamos de ver a pressa com que o Plano seria feito. Isto implicaria que, entretanto, já teriam passado as negociações, e nós ficaríamos, uma vez mais - para repetir o que aqui disse, tão bem, um Deputado do Partido Social Democrata - a ver passar os aviões. Nem todas as coisas estão incluídas no documento que o Governo apresentou à Assembleia Regional e que constitui a sua base de negociação nos trabalhos preparatórios que irão desenrolar-se em Lisboa, relativamente à Base das Lajes. Nem tudo porque, para nós, as Lajes não são a "cornucópia" da mitologia da qual nós possamos extrair constantemente be-nesses sem conta. O que se trata, sim, de inventariar, é aquilo de que nós mais necessitamos e, entretanto, há os problemas também ligados ao domínio das infraestruturas, que têm outra via de solução. O caso do porto das Flores, levantado muito bem por um dos Deputados do Partido Socialista, eleito por este círculo eleitoral, tem tido resposta imediata. Está o Governo Regional a considerar este assunto no âmbito das negociações luso-francesas sobre as Flores. Mas não vale a pena ter medo daquilo que nós vamos defender, daquilo que nós vamos reclamar.

É escusado vir aqui agitar o fantasma do desemprego desses trabalhadores, que perderiam o lugar porque as exigências do Governo Regional fariam com que os países interessados nessas instalações saíssem imediatamente do Arquipélago. Não vale a pena agitar esses receios porque nós sabemos bem o terreno que pisamos e a importância que temos.

A muitas outras coisas aqui mencionadas a resposta já foi dada por alguns dos Deputados do Partido Social Democrata. Mas outras carecem de alguma referência mais detida por parte do Governo Regional.

Não vou alongar-me sobre a questão do Gabinete de Imprensa que, pelos vistos, foi tomado como o cavalo de batalha, tanto de cá como de lá, pelo Partido Socialista. Espanta-me que agora se venha dizer que esse Gabinete nunca dependeu da Junta Regional. Não sei o que é que fazia lá nessa Junta um responsável pelo sector da Comunicação Social que, ainda por cima para esse efeito, tinha também um adjunto. Quem pagou esse Gabinete durante esse tempo todo?

Quando o Governo tomou posse, foi informado de que os funcionários do Gabinete de Imprensa eram pagos pela Região, e foi dentro desta base que nós actuamos, e que procuramos dar seguimento a todo este assunto. Quero ainda aqui, também, deixar referida a circunstância de que se a conversa havida sobre todo este assunto - e que, pelos vistos, ameaça ainda fazer correr rios de tinta - foi tida entre o Subsecretário Adjunto da Presidência do Governo e o Subsecretário de Estado da Comunicação Social, isso deve-se apenas ao facto de que nessa altura, em companhia do Sr. Ministro da República, me encontrava numa reunião de trabalho com o Ministro da Administração Interna, e é impossível estar em dois lugares ao mesmo tempo. Algumas das afirmações do Partido Socialista, na oposição ao Governo, merecem, por parte do Governo Regional, inteiro aplauso e coincidem com aqueles factos fundamentais que nós temos para a nossa actuação. E são esses que dizem respeito à afirmação, tão enfática, feita por alguns dos Deputados do Partido Socialista, de "respeito pelo Parlamento Regional" porque é dentro destas coordenadas que o Governo Regional procura actuar na sequência do esquema que a Constituição e o Estatuto Provisório prevêm para defesa e consolidação daquilo que está estabelecido e garantido ao Povo açoriano.

Este é o momento de tomar posição quanto à negociação das

Lajes, e por isso o Governo trouxe aqui este assunto. O Governo apenas exerce as suas atribuições constitucionais de defesa dos interesses específicos da Região. As nossas pretensões são justas e razoáveis, especificam carências que estão inventariadas e quantificadas até em documentos que o Governo tem em seu poder. Elas têm de corresponder - disso ninguém pode duvidar, e daí a necessidade do voto expresso desta Câmara - às aspirações do Povo açoriano que são, em síntese - se assim o podemos dizer - o progresso das ilhas e o bem-estar das suas gentes.

Daí, a importância deste voto de confiança. E a sua oportunidade, como já há pouco disse, não foi por nós marcada. Não queremos fazer chantagem com Lisboa, mas sim defender os interesses dos Açores, porque não estamos a dormir, ao contrário do que alguns pensam, ou gostariam que acontecesse. E sabemos perfeitamente que se antes, com as Lajes, grangeava o Governo Central apoios internacionais decisivos para condução da sua política, agora estão em jogo apoios económicos decisivos, porque todos nós bem sabemos até que ponto o Governo da República carece, para a reconstrução nacional, do apoio económico e financeiro dos Estados Unidos. Temos conhecimento, pela imprensa, de que ainda há bem poucos dias foi acordado a Portugal um crédito de trezentos milhões de dólares, o que equivale a nove milhões de contos. E sabemos também que será necessário e imprescindível, no começo do próximo ano, entre Janeiro e Fevereiro, que o novo crédito de um bilião e meio de dólares venha também procurar satisfazer as necessidades prementes do País. Daí, que nós tenhamos que nos apressar e que tenhamos mesmo de censurar o Governo da República, e os Governos Provisórios, por só agora se estar a levantar a questão, quando a capacidade negociadora do Governo português perante o Governo norte-americano se encontra à beira do zero. Porque a factura - em boa verdade poderiam dizer os Norte-Americanos - já está paga, e mais do que uma vez, com prejuízo, então caríssimo, escandaloso, do Povo açoriano e dos interesses que a Constituição lhe garante.

Quero aqui afirmar, uma vez mais, solenemente, o que parece ser preciso estar constantemente a repetir "O Governo Regional não quer, não procura, não procurará nunca, qualquer contencioso ou qualquer conflito com o Governo da República". O contrário é que parece acontecer. Quem foi que criou o Departamento das Regiões Autónomas, ou que pretendeu criá-lo, porque tudo isto ficou para outra altura? Quem foi que pretendeu criar o Departamento das Regiões Autónomas, que

nós denunciámos, como uma nova forma de ingerência nos Governos Regionais garantidos pela Constituição? Quem foi que pretendeu criar tal Departamento, em vésperas da posse do Governo Regional dos Açores? Foi por acaso o Governo Regional? Não foi!

Também não foi o Governo Regional que tomou a iniciativa destes encontros em Lisboa que, com toda a franqueza e sinceridade - já aqui foi exposto por mim - não foram de facto concludentes nas matérias fundamentais. Não foi o Governo Regional, mas sim o Governo da República.

Quem foi que ignorou aqueles documentos que nós tínhamos apresentado com tanto tempo, que mandámos por intermédio do Senhor Ministro da República para Lisboa, sobre matérias fundamentais para o bom andamento da governação das nossas ilhas? Quem os ignorou não foi o Governo Regional!

Afinal, quem foi que transgrediu em relação àquilo que tinha ficado combinado? Não foi o Governo Regional também! Não sabemos e não vale a pena investigar quais são as razões dessa persistente hostilidade. Mas é preciso sublinhar que não fomos nós que marcámos os trabalhos preparatórios sobre a negociação das Lajes, para esta altura. Eles vão arrancar no princípio do mês de Dezembro, e também desta vez não fomos nós.

Portanto, nestas matérias, temos a consciência tranquila e a nossa intenção é claríssima. Os factos correspondem plenamente. Por outro lado, quero também vincar, uma vez mais, com toda a solenidade, que os objectivos do Governo Regional são rigorosamente os objectivos da Constituição. Alguns pretendem imputar-nos outros objectivos e, ainda outro dia, um membro do Governo da República o fez pela Televisão.

Estão enganados, ou então querem enganar. E faço aqui um parêntesis para sublinhar que, ao referir-me à Constituição, o faço com o respeito que me merece e também com um certo orgulho pessoal, porque eu também participei na elaboração daquilo que toca à Autonomia dos Açores e que está lá garantido, desde a primeira hora em que os trabalhos preparatórios, conducentes, mais tarde, à aprovação da Constituição, se encetaram. Tenho orgulho nela, e não preciso de receber remos dum Senhor Deputado do Partido Socialista, arvorando-se aqui em único porta-voz dos trabalhadores, como o que ele fez àcer

ca da minha sinceridade.

Desenganam-se os Senhores Deputados do Partido Socialista. Desengane-se o Partido Socialista e, eventualmente, aqueles que o apoiam ou fazem o seu jogo. O Governo Regional, não sou eu! O Partido Social Democrata, não sou eu! A Autonomia, também não sou eu!

Eu intervim neste processo, que em breve espero abandonar, mas a Autonomia é do Povo açoriano, as conquistas alcançadas são do nosso Povo e terão que ser uma realidade, pese embora a alguns que agora as temem e que as gostariam de, imediatamente, destruir.

Os objectivos do Governo Regional são, rigorosamente, os objectivos da Constituição. Nunca faremos nada que ela nos não consinta, nunca pediremos nada que nela não nos esteja garantido, na sua letra ou no seu espírito. Deixaremos sempre aos nossos adversários a iniciativa de violar a Constituição e, contra isso, reagiremos pelos meios legais e constitucionais, sempre em defesa da Constituição.

Sr. Presidente e Srs. Deputados:

É tempo de terminar, pois há ainda a votação. O Governo Regional não acede aos convites feitos em curiosa sintonia pelo PS e pelo CDS, não retira a questão de confiança apresentada à Assembleia Regional, porque quer ter o aval claro dos representantes do Povo açoriano sobre aquilo que irá apresentar em Lisboa, para poder ser tido em consideração aquando da negociação a fazer com o Governo Norte-Americano.

Já sei que as minhas palavras de hoje, que procurei fossem serenas e objectivas, vão ser, amanhã, repudiadas pela oposição. Além de muitas coisas que já hoje a oposição me assacou, desde a demagogia ao eleitoralismo, nelas irá descobrir, como é habitual, um apelo à violência. Só se é a oposição que quer empunhar armas contra o Governo Regional, porque falei com entusiasmo, não pude deixar de o fazer.

Ai de nós, Sr. Presidente e Srs. Deputados! Ai de nós, quando, nesta Casa-Mãe dos Açores, não se sentir palpitar um coração Açoriano!

(Palmas)

PRESIDENTE:- Feita a intervenção do Senhor Presidente do Governo, manda o Regimento que se suspenda a Sessão pelo período de uma hora, após o que se fará de imediato a votação. Dado que neste mo

mento são sete horas e cinco minutos, e o tempo Regimental termina às vinte horas, e como tenho aqui um Requerimento do Partido Social Democrata, pedindo para que se prorrogue esse tempo para além das vinte horas, nós vamos reunir aqui às oito horas e cinco minutos, dando o prazo de uma hora, após o que procederemos de imediato à votação.

(Eram 19 horas e 5 minutos)

PRESIDENTE:- Está reaberta a Sessão, uma vez que terminou o tempo Regimental de uma hora.

(Eram 20 horas e 5 minutos)

Antes de proceder à votação, eu queria comunicar à Assembleia que vou utilizar o meu direito de voto. Assim sendo, ponho à votação o Voto de Confiança pedido pelo Governo Regional.

Os Senhores Deputados que aprovam o Voto de Confiança, farão o favor de se manter sentados.

(Pausa)

Os Senhores Deputados que não concordam, farão o favor de se sentarem.

(Pausa)

SECRETÁRIO:- Foi aprovada a Resolução da ~~votação de confiança no Govern~~o Regional dos Açores, por vinte e dois (22) votos a favor do Partido Social Democrata, e nove (9) votos contra do Partido Socialista.

(Palmas, das bancadas da assistência)

PRESIDENTE:- Eu pedia à Assembleia o favor de guardar os aplausos.

Tem a palavra o Sr. Deputado Martins Goulart, para uma Declaração de Voto.

(Foi lida a Declaração de Voto do Grupo Parlamentar do Partido Socialista)

PRESIDENTE:- Tem a palavra o Sr. Deputado Borges de Carvalho para uma Declaração de Voto.

(Foi lida a Declaração de Voto do Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata)

PRESIDENTE:- Chegámos, assim, ao fim dos nossos trabalhos.

A Assembleia continua em funcionamento através das suas Comissões, e o Plenário reunirá oportunamente por convocatória do Presidente da Assembleia.

Estão encerrados os trabalhos.

(Eram 20 horas e 45 minutos)

Deputados que faltaram à Sessão:

PPD/PSD

Adelaide Teles, Álvaro Monjardino e Delmar Bizarro.

PS

Angelino Páscoa, Francisco Oliveira, Manuel Fernando e Mercês Coelho.

CDS

Jácome Correia

DOCUMENTOS PRESENTES À SESSÃO

DECLARAÇÃO DE VOTO

1 - A Constituição faculta à Região a participação nas negociações de tratados internacionais que directamente lhe digam respeito bem como nos benefícios e deles decorrentes, mas não lhe faculta o poder de negociação internacional nem a defesa prévia, através de tomadas públicas de posição, dos interesses a acautelar nessas negociações.

A política externa é da competência dos órgãos de soberania e segundo a Constituição cabe em exclusivo ao Presidente da República, ao Governo e à Assembleia da República.

2 - Ao tomar a presente atitude, com declarações públicas, o Governo Regional enfraquece a posição Portuguesa nas negociações sobre a Base das Lajes e favorece a parte estrangeira, que assim terá forte pretexto para reduzir o montante das contrapartidas económicas que se disporia a conceder. Tal atitude imprudente prejudicará incomparavelmente a população açoriana que, por virtude das posições do Governo Regional, poderá vir a auferir benefícios muito inferiores àqueles que seria possível obter, e que certamente o Governo da Re-

pública alcançaria, se as negociações fossem conduzidas de maneira correcta e sem a perturbação que o Governo Regional acabou de criar.

3 - As negociações referentes à Base das Lajes efectuar-se-ão entre o Estado Português e os Estados Unidos.

O Governo Regional pretende fazer anteceder a essas negociações de conversações prévias entre os órgãos regionais dos Açores e os órgãos de soberania de Portugal como se se tratassem de países diferentes, em violação frontal da Constituição.

O Ministério dos Negócios Estrangeiros como, aliás, salientou o próprio Governo Regional, procedeu nesta matéria com a maior correcção ao convidar o representante do Governo Regional a tomar parte na delegação Portuguesa.

O Governo Regional deveria pedir a esta Assembléia para sancionar a escolha desses representantes da Região e não para trazer a público posições contrárias ao princípio de unidade da representação externa do Estado e do sigilo que deve revestir a actividade diplomática.

4 - Ao pedir um voto de confiança sobre este tema, iludindo o que preconiza a Constituição e o Estatuto, o Governo Regional, em véspera de eleições para as Autarquias Locais, toma uma posição de nítido eleitoralismo que se insere na recuperação da sua clientela separatista, o que não pode deixar de ser interpretado como uma operação desestabilizadora, semelhante a muitas outras que têm sido dirigidas contra os Órgãos da Soberania.

5 - A Assembleia Regional, a quem não compete definir a política externa do Estado, não pode deliberar sobre um tema que a Constituição lhe não atribui como área de exercício da sua competência.

6 - Nenhum Parlamento, e com maior razão, nenhuma Assembleia Regional discute os termos de negociação de um tratado internacional antes de ele ser negociado pelo respectivo Governo, podendo embora o Parlamento, mas nunca as Assembleias Regionais, ratificar os tratados após a sua aprovação e deliberação pelos Governos Centrais.

A atitude do Governo Regional, que se pretende instalar como um foco de perturbação na delegação portuguesa, tem como resultado fortalecer a posição da parte estrangeira, enfraquecendo nas negociações a posição do Estado Português, o que trará consequências

negativas no que respeita ao que poderia vir a beneficiar a população dos Açores.

7 - Em relação a um assunto de política externa que não é da sua competência, o Governo Regional pediu um voto de confiança.

O P.S. votou contra, não apenas por discordar da política do Governo Regional em outras matérias, mas porque entende, no caso em apreço, que o Governo Regional não tem legitimidade constitucional nem estatutária para pedir votos de confiança sobre matéria reservada a Órgãos de Soberania.

O Governo Regional, para disfarçar a sua incapacidade e inoperância, entretém-se a formular questões de política abstrata, que só servem para satisfazer os interesses da minoria separatista, desestabilizadora e anti-democrática.

8 - O Grupo Parlamentar do P.S. exprime a sua confiança no Governo Constitucional da República e no Ministro dos Negócios Estrangeiros, na certeza de que na próxima negociação do acordo da Base das Lajes, defenderão intransigentemente os interesses do Estado Português e da Região Autónoma dos Açores, conforme preceitua a Constituição.

O Presidente da República, o Ministro da República, a Assembleia da República e o próprio Conselho da Revolução, agindo como Órgãos de Soberania, representantes do Povo Português, dão-nos garantia mais do que suficiente de que a Constituição e o Estatuto serão respeitados e cumpridos, para respeito do nosso País e benefício da população açoriana, sobretudo das classes menos favorecidas das vilas e freguesias mais necessitadas e das ilhas mais distantes e abandonadas.

9 - O Grupo Parlamentar do P.S. repudia energicamente esta atitude demagógica e eleitoralista do Governo Regional, contrária aos interesses da população açoriana e que põe em risco a unidade nacional ao pretender minar, de maneira flagrante, as relações normais que devem existir entre os poderes regionais e os Órgãos de Soberania. O P.S. firme defensor das classes trabalhadoras, da democracia e do socialismo democrático, da Autonomia e da Unidade Nacional consignadas na Constituição, não votou a favor da questão de confiança que lhe pôs o Governo Regional, cada vez mais comprometido com a defesa dos interesses da minoria capitalista reaccionária açoriana, cada vez mais patenteando e alinhando a sua actuação política com as estratégias e os objectivos da minoria separatista.

Em nome de todos os trabalhadores açorianos, que são a maioria da sua população, e também, em nome de Portugal, de que sempre fizemos, fazemos e continuaremos a fazer parte, e bem assim em nome da Democracia Portuguesa em que nos inserimos, e da Constituição que respeitamos, votámos contra a posição do Governo Regional recusando a confiança que um partido de trabalhadores, em caso algum, pode conceder aos representantes do capital.

Horta, Sala das Sessões, 25 de Novembro de 1976

Pel'O Grupo Parlamentar do P.S.

Ass. José António Martins Goulart

DECLARAÇÃO DE VOTO

O Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata, PPD/PSD, votou o pedido de confiança apresentado pelo Governo Regional e relativo à posição a assumir nas negociações luso-americanas sobre a Base das Lajes.

Ao fazê-lo, teve em conta as seguintes considerações:

1 - Indo começar em breve, da parte portuguesa, os trabalhos preparatórios para as negociações em causa, é este o momento próprio para o Governo Regional apresentar, com clareza, os objectivos de primordial interesse regional a ter em atenção nelas.

2 - Esta é a primeira vez que o Povo açoriano, por intermédio dos seus representantes democraticamente eleitos, tem a possibilidade de se pronunciar acerca da matéria de tão alta importância, como é a presença de uma base militar estrangeira na Região e os benefícios que dela devem advir em contrapartida.

3 - O Governo Regional, só por si, possui inequivocamente o apoio da maioria do Povo açoriano, mas este apoio sai reforçado, em matéria de tão grande importância, com o voto expresso da Assembleia Regional.

4 - É também uma prova insofismável, não só do respeito que ao Governo merece a Assembleia Regional, como da sua firme disposição de respeitar integralmente e consolidar os mecanismos políticos consagrados na Constituição e no Estatuto Provisório da Região Autónoma dos Açores.

5 - As carências da Região em infraestruturas são enormes. A aspiração do Povo açoriano, mormente as classes trabalhadoras, ao progresso e desenvolvimento do Arquipélago, tornam imperioso que as vantagens de tipo económico e financeiro, decorrentes do acordo luso-americano sobre as Lages, revertam prioritariamente para a Região.

Assim, o Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata, PPD/PSD, não teve quaisquer dúvidas em votar a confiança ao Governo, numa matéria que é justa e razoável e corresponde ao sentir generalizado do Povo açoriano.

Sala das Sessões da Assembleia Regional, 25 de Novembro de 1976.

O Presidente do Grupo Parlamentar,

Ass. José Adriano Borges de Carvalho

REQUERIMENTO

O Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata requer, ao abrigo do nº 1 do artigo 54º do Regimento da Assembleia Regional dos Açores, a prorrogação deste Plenário para além das 20 horas a fim de se dar cumprimento à ordem de trabalhos desta reunião.

Assim solicita-se que esta Assembleia Regional delibere nesse sentido.

Assembleia Regional dos Açores, Horta, 25 de Novembro de 1976.

O Presidente do Grupo Parlamentar do PPD/PSD

Ass. José Adriano Borges de Carvalho

